ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PORTUGAL



Relatório e Contas

2022

Conselho Diretivo Nacional em 14 de abril de 2023

Assembleia Representativa Nacional em 15 de abril de 2023

Página propositadamente deixada em branco para impressão frente e verso

Índice

1. Mensagem do Bastonário 5
2. Caracterização da atividade desenvolvida 7
2.1. Atividade da Ordem 7
2.1.3. Conselho da Profissão / Colégios de Especialidade 21
2.1.5. Informação 24
2.1.6. Recursos e Documentação 26
2.1.7. Ensino Superior 26
2.1.7. Gabinete Jurídico 27
2.1.8. Gabinete de Apoio ao Bastonário 31
2.1.9. Seguro Profissional 34
2.1.10. Parcerias e Protocolos 34
2.1.11. Relação com o Poder Político 38
2.1.13. Relações Internacionais 40
2.2. Atividade dos Engenheiros Técnicos 44
2.2.1. Inscrições na OET 44
2.2.2. Passagem a membro efetivo 45
2.2.3. Distribuição de membros por especialidade 45
2.2.4. Distribuição de membros por região 46
2.2.5. Atividade profissional dos Engenheiros Técnicos em 2022. 46
3. Contas do Conselho Diretivo Nacional 55
3.1. Rendimentos 55
3.2. Gastos 56
3.3. Comparação com o Orçamento (CDN) 57
3.4. Situação Económica e Financeira 58
3.4.1. Património Predial 59
3.5. Balanço a 31/12/2022 (CDN) 60
3.6. Demonstração de Resultados (CDN) 61
4. Contas Consolidadas 63
4.1. Introdução 63
4.2. Resultados Nacionais consolidados 63
4.3. Demonstrações Financeiras 64
4.3.1. Balanço a 31/12/2022 (consolidado) 64
4.3.2. Demonstração de Resultados a 31/12/2022 (consolidado) 65
4.4. Comparação com o Orçamentado (consolidado) 66
4.5. Análise dos Resultados 67
Anexo 1. Demonstrações Financeiras Consolidadas 69
Anexo 2. Certificação Legal de Contas 88
Anexo 3. Parecer do Conselho Fiscal Nacional 89
Relatórios e Contas das Secções Regionais 90

Índice de Gráficos, Quadros e Figuras

Inscrições na OET ao longo dos meses **44**
Inscrições na OET por qualificação acesso **44**
Evolução das Inscrições na OET nos últimos 5 anos **45**
Distribuição dos membros por especialidade **46**
Distribuição de membros por região **46**
Evolução do nº de declarações emitidas desde 2011 ..... **47**
Evolução do nº de declarações emitidas desde 2010 por emissor **47**
Nº de declarações emitidas em 2022 por emissor e por Secção Regional **48**
Evolução da emissão de declarações por região **48**
Rendimentos de 2022 ..... **55**
Gastos de 2022 e variação face a 2021 ..... **56**
Comparação com o Orçamento (CDN) **57**
Indicadores Económicos e Financeiros **58**
Património Predial **59**
Balanço CDN - 2022 ..... **60**
Demonstração de Resultados CDN - 2021 ..... **61**
Contas consolidadas OET - 2022 ..... **63**
Balanço OET - 2022 ..... **64**
Demonstração de Resultados OET - 2022 ..... **65**
Comparação dos resultados com o orçamento (Consolidadas)– Exercício de 2022 ..... **66**
Rácios financeiros e económicos **67**

1. Mensagem do Bastonário



O ano de 2022 foi mais um ano em que consolidámos a posição dos Engenheiros Técnicos na sociedade portuguesa. Não obstante continuarem os boicotes (como por exemplo, o bloqueio da nossa integração no CNOP – Conselho Nacional dos Ordens Profissionais e em outras organizações de engenheiros dos países da CPLP bem como o impedimento de estabelecer protocolos e parcerias com as Ordens Profissionais de outros países - por exemplo Brasil e Moçambique), e não obstante não estar resolvida a situação da função pública, a verdade insofismável é que nos temos afirmado, do ponto de vista institucional através de uma postura séria e com sentido de estado, e do ponto de vista social através do trabalho honesto e despretensioso de cada um dos Engenheiros Técnicos.

A nossa intervenção é discreta, mas firme, digna da herança dos nossos Colegas que, desde 1852, sempre lutaram pela dignificação da Classe.

Hoje somos uma Ordem prestigiada e com os Estatutos foi alargada a representatividade da Ordem dos Engenheiros Técnicos, porquanto, para além de bacharéis e licenciados (1.º ciclo), também incluímos os licenciados ante Bolonha e os Mestres e Doutores.

Aliás, estas são as duas linhas-de-força fundamentais da atuação que tenho tido na Ordem dos Engenheiros Técnicos:

- Nunca deixar ninguém de fora, não impedindo artificialmente ninguém de aceder à prática da engenharia
- Um mundo (e, por maioria de razão, uma CPLP) sem barreiras à Livre Circulação dos profissionais de engenharia.

Continuaremos a exercermos, de forma séria, competente e serena, as nossas atividades em engenharia, procurando sempre proporcionar aos decisores, na nossa área de atuação, a melhor informação possível. Ainda assim, para defender a classe, nunca foram cometidas ilegalidades, tendo a Ordem dos Engenheiros Técnicos pautado sempre a sua conduta pela ética e o cumprimento da lei.

Adicionalmente, apraz-nos registar que a Ordem dos Engenheiros Técnicos continua a marcar o ritmo da evolução na regulação das profissões, algo que é reconhecido pela generalidade das entidades com que nos relacionamos.

Portugal encontra-se num momento em que se torna absolutamente fundamental a participação ativa de todos os Engenheiros Técnicos em todos os domínios da engenharia, nomeadamente nos locais onde nos inserimos, por inerência da nossa morada ou do nosso local de trabalho. É chegado o momento de colocarmos a nossa "rede" no terreno ao serviço do bem-estar das populações, nomeadamente no que se refere à

melhoria das vias de comunicação, do edificado, das condições ambientais e salubridade, de risco, do lazer, etc.

Graças ao trabalho destes 22 anos, a Ordem dos Engenheiros Técnicos goza hoje de uma sólida situação financeira suportando todos os custos da sua existência única e exclusivamente com o valor da quotização. A nossa quota não é (ainda) a mais baixa, mas nunca pode ser superior a 3% do salário mínimo nacional do ano anterior, sendo suficiente para proporcionar os serviços aos nossos membros sem custos adicionais. Ou seja, são gratuitas as declarações para a prática dos atos profissionais, o pedido de certificação de competências, o cartão de membro, o seguro de responsabilidade civil profissional no valor de 10.000 € (assegurado pela Ordem dos Engenheiros Técnicos), etc.

O Relatório de Atividades e Contas que agora apresentamos é o reflexo de grande esforço de contenção de despesas e gestão criteriosa dos recursos disponíveis e que regista um prejuízo no resultado das Secções Regionais que é consequência das muitas atividades realizadas, em consequência da descentralização do Conselho Diretivo Nacional para as Secções. Reflete igualmente a redução de 16,6% da quota, tendo passado de 15.9 € mensais para 13.3 €.

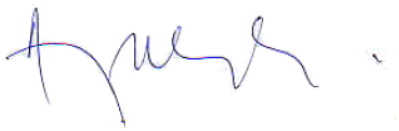
Reconhecemos sem dúvida que estes últimos três anos têm sido muito desafiantes e particularmente difíceis para os membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos que têm tido uma grande dificuldade em ter ou manter uma atividade profissional plena, impedindo-os de ter os seus compromissos em dia.

Os resultados deste Relatório espelham essa dificuldade e que não teriam sido possíveis sem o esforço de todos, desde os colaboradores e os dirigentes, mas especialmente aos membros que mantiveram em dia as suas quotas.

Concluo dizendo que é um orgulho ser Bastonário desta classe, que, como já tive ocasião de referir inúmeras vezes e volto a fazê-lo, tem um sentimento de "pertença" muito significativo, em que cada um dos membros decide ser Engenheiro Técnico por opção.

E este número está a crescer, o que me faz aguardar ansiosamente pelos próximos 20 anos…

Lisboa, 14 de abril de 2023.



Augusto Ferreira Guedes
Bastonário

2. Caracterização da atividade desenvolvida

2.1. Atividade da Ordem

O Plano de Atividades para o ano de 2022 aprovado em Assembleia Representativa Nacional, foi desenvolvido no quadro das atribuições delegadas pelo Estado Português na Ordem dos Engenheiros Técnicos.

O ano de 2022 começou com tomada de posse dos novos órgãos nacionais e regionais e as direções dos colégios de especialidade, eleitos no dia 11 de novembro de 2021, para o quadriénio 2022-2025. As tomadas de posse ocorreram em vários dias alternados, com um número reduzido de participantes, garantindo assim que as medidas de prevenção contra a pandemia estariam asseguradas.

Assim, no dia 13 de janeiro, tomaram posse, no Auditório Ferreira da Costa, na Sede Nacional da Ordem dos Engenheiros Técnicos, os membros dos órgãos Bastonário, Assembleia Geral Nacional, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal Nacional, e Direções do Conselho da Profissão e da Assembleia Representativa Nacional.



Imagem: José Manuel Sousa (Vice-Presidente), Isabel Martins (Vice-Presidente), Augusto Ferreira Guedes (Bastonário), Maria do Céu Rodrigues (Vice-Presidente) e António Lousada (Vice-Presidente)

No dia 15 de janeiro tomaram posse, na Sede da Secção Regional dos Açores, em Ponta Delgada, os membros dos órgãos da Secção Regional dos Açores e todos órgãos Nacionais que não tomaram posse no respetivo dia, cujo domicílio profissional fosse na Secção Regional dos Açores.



Durante a cerimónia, houve ainda oportunidade para a assinatura de um protocolo com a Universidade dos Açores que, desta forma, oficializou o prémio de Ingresso na Ordem dos Engenheiros Técnicos para os Graduado em Proteção Civil e Gestão de Riscos. Para a

assinatura do protocolo esteve presente o Reitor da Universidade dos Açores, Professor Doutor João Luis Gaspar, que no ato referiu "*a enorme satisfação na assinatura deste protocolo que garante o reconhecimento de um curso superior que muito diz à Universidade dos Açores, desde logo, pela sua caraterística arquipelágica de alto risco sísmico e vulcânico*". Por outro lado, o Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos também se referiu a este protocolo como o "*culminar de um processo que ainda, acima de tudo, vai permitir aos diplomados em Proteção Civil e Gestão de Riscos da Universidade dos Açores o acesso à profissão e, portanto, mais uma vez, a Ordem dos Engenheiros Técnicos está presente na defesa dos profissionais da engenharia e da sociedade civil*".



Imagem: Reitor da Universidade dos Açores, Professor Doutor João Luís Gaspar e Bastonário da OET, Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes

No dia 18 de janeiro tomaram posse, na Sede da Secção Regional do Centro, em Coimbra os membros dos órgãos da Secção Regional do Centro e todos órgãos Nacionais que não tomaram posse no respetivo dia, cujo domicílio profissional fosse na Secção Regional do Centro.

No dia 19 de janeiro tomaram posse, no Auditório Ferreira da Costa na Sede Nacional da Ordem, em Lisboa, os membros eleitos da Assembleia Representativa Nacional, Direções dos Colégios da especialidade e membros dos órgãos da Secção Regional do Sul.



No dia 22 de janeiro tomaram posse na Sede da Secção Regional da Madeira, no Funchal, os membros dos órgãos da Secção Regional da Madeira e todos órgãos Nacionais que não tomaram posse no respetivo dia, cujo domicílio profissional fosse na Secção Regional da Madeira.



Imagem: Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. Pedro Calado, Presidente da Secção Regional da Madeira, Engenheiro Técnico José Costa Gil e Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Engenheiro Técnico João de Deus Pires

A jornada de tomadas de posse dos novos órgãos eleitos terminou no dia 3 de fevereiro, na Sede da Secção Regional do Norte, no Porto, para todos os membros dos órgãos da Secção Regional do Norte e para os membros dos órgãos Nacionais e Regionais que não tomaram posse no respetivo dia, cujo domicílio profissional fosse na Secção Regional do Norte.



Na primeira reunião do Conselho Diretivo Nacional foram apresentadas e aprovadas as nomeações para:

- Gabinete de apoio ao Bastonário (alínea r) do n.º 2 do art.º 35 dos estatutos);
- Secretário-geral (alínea t) do n.º 2 do art.º 35 dos estatutos);
- Provedor (alínea u) do n.º 2 do art.º 35 dos estatutos);
- Delegados e subdelegados distritais e de ilhas (n.º 1 do art.º 47.º dos estatutos);
- Delegados concelhios, que têm como missão acompanhar a legislação municipal (regulamentos, concursos, etc.), e fazer a ligação às Secções Regionais e ao Bastonário, e no seguimento do que se vem vindo a fazer, com o intuito de responder mais prontamente e eficazmente a solicitações de pareceres e outros;
- Grupos de trabalho (especializações, colégios regionais, delegados de concelhos, etc., de acordo com a alínea q) do n.º 2 do art.º 35 dos estatutos).
- Pelouros distribuídos pelos membros dirigentes do Conselho Diretivo Nacional.

O Conselho Diretivo Nacional esteve reunido 9 vezes no ano de 2022, em formato misto (de acordo com as imposições decorrentes da *situação epidemiológica provocada pelo coronavírus* SARS-CoV-2 e da doença COVID-19), em 29 de janeiro, 26 de fevereiro, 8 de abril, 14 de maio, 16 de julho, 24 de setembro, 22 de outubro e 18 de novembro.

A Assembleia Representativa Nacional em 8 de abril e 19 de novembro, realizadas igualmente em formato misto.

No dia 9 de fevereiro de 2022, o Secretário de Estado das Infraestruturas enviou a homologação da proposta de alteração ao Regulamento de Estágio da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos deu conhecimento através de ofício enviado no dia 23 de fevereiro a todas as Escolas de Engenharia (Ensino Universitário e Politécnico, publico e privado), Associações e Federações de Estudantes, Organismos Oficiais, Grupos Parlamentares, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, Ordens Profissionais e Sindicatos, etc., da entrada em vigor do seu novo Regulamento de Estágio (Regulamento n.º 184/2022 publicado em DRE em 21/02/2022.

Com esta alteração a Ordem dos Engenheiros Técnicos:

a) Reconhece aos diplomados com cursos que a Ordem dos Engenheiros Técnicos considera habilitantes para o exercício da profissão (cfr. Index de cursos que dão acesso à Profissão, onde se encontram expressas as condições de acesso à Ordem dos Engenheiros Técnicos para todos os cursos analisados) a sua aptidão para o desempenho profissional, dispensando-os de realizar o estágio de 12 ou 18 meses, circunscrevendo esse processo à frequência, com aproveitamento, da ação de formação sobre ética e deontologia profissional, organizada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos;
b) Admite que os diplomados com outros cursos superiores que não habilitam na totalidade para o pleno exercício da profissão se possam inscrever na Ordem como Membros Estagiários e que, durante o período do estágio (que poderá durar entre 12 e 18 meses), possam vir a obter os ECTS em falta para o pleno exercício da profissão (definidos em função da análise que o Conselho da Profissão faz de cada curso, que permita colmatar as deficiências identificadas no curso detido pelos diplomados face ao core da especialidade. Assim que seja concluído esse plano de formação (comprovado com certificados de habilitações que contenham a tradução dessas formações em ECTS), e após a ação de

formação sobre ética e deontologia profissional, organizada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, passam a membros efetivos.

Mais uma vez, a Ordem dos Engenheiros Técnicos é pioneira na eliminação de bloqueios e constrangimentos à entrada na profissão, e não inibe ninguém de aceder à Ordem (assim os diplomados comprovem deter os saberes, conhecimentos e capacidades necessários ao exercício profissional).

Este é mais uma contribuição da Ordem dos Engenheiros Técnicos para a criação de um quadro regulamentar que promova o crescimento, a inovação e o emprego em Portugal.

O Conselho Diretivo Nacional publicou igualmente:

- Regulamento n.º 54/2022 – Regulamento de Registo e Inscrição (alteração)
- Deliberação n.º 1341/2022 – Tabela de Emolumentos, Quotas e Taxas da Ordem dos Engenheiros Técnicos



Uma vez mais, a Ordem dos Engenheiros Técnicos deu o seu apoio institucional ao Prémio Nacional de Reabilitação Urbana 2022. Nesta 10.ª edição no Palácio da Bolsa, no Porto, foram distinguidos nove projetos em 10 categorias distintas, eleitas por um júri independente de entre um leque de 74 projetos oriundos de 25 concelhos do país, naquele que é um recorde em termos de dispersão geográfica dos candidatos.

Com vista a uma troca de conhecimentos, apoio e divulgação de novas técnicas, produtos, à preservação, proteção, reconstrução e restauro de um património que é de todos nós, o Conselho Diretivo Nacional aprovou aderir à constituição da AIPP - Associação Ibérica para a Proteção do Património.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos manteve a sua presença e participação nas Semanas da Reabilitação Urbana de Lisboa e do Porto.

A Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa, que decorreu 6 a 8 de abril no LX Factory, foi a mais concorrida, com cerca de 11.000 inscrições e contou com uma agenda multifacetada de iniciativas que se debruçaram sobre a reabilitação urbana, sustentabilidade, inovação e tecnologia no imobiliário.

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL

IX Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa



A conferência "Mobilidade e edifícios – Cidades neutras em carbono?", coorganizada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, pela Schmitt Elevadores e pela Vida Imobiliária, decorreu no dia 7 de abril e contou com a presença do Senhor Bastonário, Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes, na sessão de abertura, onde também estiveram presentes o Presidente da Secção Regional do Sul, Engenheiro Técnico José Delgado e o Vice-Presidente do Conselho da Profissão, Engenheiro Técnico João Sousa.



A discussão focou-se na mobilidade elétrica em relação à descarbonização dos edifícios e qual o impacto no futuro da mobilidade de baixo impacte e qual a consequência no desenho das nossas cidades.

No Porto, a Semana da Reabilitação Urbana decorreu dos dias 22 a 24 de novembro, no Palácio da Bolsa. Tiveram destaque central temas como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o acesso à habitação, a habitação multifamiliar para arrendamento ou *built to rent*, mas também dinâmicas de mercado tão importantes para a cidade, e para o país, como são o turismo e o investimento imobiliário, além da sustentabilidade e da energia, novas formas de mobilidade, o desafio dos edifícios NZEB e o potencial do Pacto do Porto para o Clima, sem esquecer o BIM, a construção modular e a inovação nos materiais de construção.



O Porto pretende ser neutro em carbono até 2030. Neste sentido traçou uma estratégia ambiciosa rumo à neutralidade - o Pacto do Porto para o Clima e que na Semana da Reabilitação Urbana do Porto apresentou à cidade, no âmbito da conferência "Pacto do Porto para

o Clima. O desafio à reabilitação urbana!", promovida com o apoio da ADENE e da Ordem dos Engenheiros Técnicos.







O Pacto do Porto para o Clima, rumo a uma cidade neutra em carbono, resiliente, competitiva, justa e participativa, convida todos os intervenientes no território, públicos e privados, a unirem esforços na defesa de uma cidade mais sustentável, líder na descarbonização e que antecipa as metas da neutralidade carbónica.

A Secção Regional do Norte subscreveu esse documento em representação da Ordem dos Engenheiros Técnicos.



Foi celebrado um protocolo entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos e a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do programa ReSist (Programa Municipal de Promoção da Resiliência Sísmica do Parque Edificado, privado, municipal e infraestruturas urbanas municipais), que visa a partilha de informação e conhecimento visando a normalização de metodologias de avaliação e uniformização de procedimentos, o estabelecimento de parcerias que permita a prossecução de estudos ou ações a realizar, a criação e integração de consórcios com vista à apresentação de candidaturas visando a obtenção de financiamento que permita alavancar as ações previstas, a participação em reuniões de trabalho no âmbito das ações a desenvolver e a representação no Conselho Técnico-Científico da equipa de projeto, tendo sido nomeado o Engenheiro Técnico Carlos Rente como representante da Ordem.



No seguimento do protocolo celebrado, a Ordem dos Engenheiros Técnicos em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa promoveu várias ações de divulgação e informação, uma delas decorreu no auditório do LNEC, a 6 de setembro.



Imagem: Engenheiro Técnico Carlos Rente (Representante da OET na CT ReSist), Dra. Cláudia Pinto (CMLisboa), Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes (Bastonário), Engenheiro Técnico José Delgado (Presidente da Secção Regional do Sul)

De igual modo, a Ordem dos Engenheiros Técnicos participou no ciclo de formação das Jornadas ReSist, no dia 23 de novembro, com uma formação lecionada pelo Presidente da Secção Regional do Sul, Engenheiro Técnico José Delgado.



A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou no Ciclo de Conferências PROTEGER 2022 nos painéis "*Futuro das qualificações na atividade de SCIE*" e "*Investigação de acidentes de trabalho*" promovido pela APSEI.



O Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Engenheiro Técnico José Manuel Sousa, participou no Seminário "*Engenharia e Políticas Públicas*" promovido pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.



A Ordem dos Engenheiros Técnicos promoveu uma Sessão de Comemoração do Dia Internacional das Mulheres na Engenharia. A sessão foi transmitida em stream e por causa das restrições causadas pelo COVID'19 teve uma audiência reduzida.



Imagem: Augusto Ferreira Guedes (Bastonário), Isabel Martins (Vice-Presidente) e Vanda Pereira (Vice-Presidente do Conselho Fiscal Nacional)



Com o objetivo perpetuar na nossa memória o nome 3 dos Engenheiros Técnicos portugueses que constituem uma referência maior em termos técnico-científicos para toda a classe, em termos da complexidade das obras que nos deixaram, dos ensinamentos que nos transmitiram e também na defesa intransigente, com elevada resiliência, da classe profissional dos Engenheiros Técnicos, a Ordem dos Engenheiros Técnicos aprovou a atribuição dos Prémios Hélder Pita, António Gameiro e Sant'Ana Alves.

Prémio Hélder Pita - Visa distinguir alunos finalistas de curso em Engenharia (Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento), em Instituição de Ensino Superior Universitário ou Politécnico, Pública ou Privada que, pela qualidade do seu trabalho científico ou projeto final, particularmente relevante no panorama nacional e/ou internacional, se destaquem

de entre os demais, em virtude do grau de excelência e inovação da solução e/ou da complexidade do estudo, reconhecendo o seu mérito, esforço e dedicação para a promoção da Engenharia em Portugal e nos países da CPLP.

Prémio António Gameiro - Visa promover e valorizar a carreira dos Engenheiros Técnicos e Engenheiros que, na sequência do exercício da sua atividade, tenham sido protagonistas de uma intervenção de caráter técnico-científico particularmente relevante e inovadora associada a uma área de especialidade de engenharia ou que pelo mérito e relevância da sua carreira profissional e pelo empenho na defesa intransigente da engenharia se distingam de entre os seus pares, no panorama nacional e/ou internacional.

Prémio Sant'Ana Alves - Visa promover e valorizar os trabalhos de Engenheiros Técnicos que tenham sido protagonistas de uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas vidas cultural e/ou científica, no panorama nacional e/ou internacional.







A Autoridade para as Condições de Trabalho, o Ponto Focal Nacional da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho e as Câmaras Municipais de Cascais, Oeiras e Sintra, organizaram no dia 9 de novembro, em Sintra, o seminário "No rescaldo da COVID-19". Este seminário teve como principais objetivos apresentar e debater aspetos da pandemia relevantes para a segurança e saúde no trabalho (SST), nomeadamente os seus efeitos na saúde dos trabalhadores, o impacto na economia e no importante setor da construção civil e obras públicas e a intervenção das autarquias na sua gestão. O seminário contou com a colaboração de várias autoridades, empresas e associações – Ordem dos Engenheiros Técnicos, Direção-Geral da Saúde, Faculdade de Motricidade Humana, Associação Portuguesa de Ergonomia, Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, Confederação Industrial de Portugal, União Geral de Trabalhadores, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Cintramédica, J. Gandra e Revista Segurança.



SEMINÁRIO
NO RESCALDO DA COVID-19
9 DE NOVEMBRO

Centro Cultural Olga Cadaval, Sintra

PROGRAMA PROVISÓRIO

08:45 Receção

09:15 Abertura

Maria Fernanda Campos | Inspetora-Geral (em regime de suplência) | Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)
Graça Freitas | Diretora-Geral | Direção-Geral da Saúde (DGS) *
Carlos Carreiras | Presidente | Câmara Municipal de Cascais (CMC)
Isaltino Morais | Presidente | Câmara Municipal de Oeiras (CMO)
Basílio Horta | Presidente | Câmara Municipal de Sintra (CMS)

10:00 Semana Europeia SST 2023/2024

Emília Telo | Coordenadora do Ponto Focal da EU-OSHA | ACT

10:30 Lesões musculoesqueléticas no controlo da vegetação nas autoestradas

Filipa Carvalho | Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

11:00 Pausa para café

11:15 Debate: As autarquias na gestão da pandemia

Moderação: ACT
a designar | Vereadora | CMC
a designar | Vereador | CMO
a designar | Vereador | CMS

12:45 Pausa para almoço

14:30 Debate: Impacto da COVID-19 no setor da construção civil e obras públicas

Moderação: ACT
orador a designar | AICCOPN
orador a designar | TEIXEIRA DUARTE
José Delgado | Ordem dos Engenheiros Técnicos
José Gandra | J. GANDRA
António Saraiva | CIP
Vanda Cruz | UGT *
Marcelino Pena Costa | CCP *

16:15 Debate: Efeitos da COVID-19 na saúde dos trabalhadores

Moderação: Fátima Ramalho | DGS *
Pedro Abreu | Cintramédica
Sousa Uva | médico e professor
Celeste Gonçalves | CMC

17:00 Encerramento

orador a designar | ACT
orador a designar | CMC
orador a designar | CMO
orador a designar | CMS

* a confirmar

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, fez uma intervenção na sessão de 1º Fórum Técnico de Empreendedorismo e Desenvolvimento, realizado no salão nobre do IPL.



O fórum promovido pela Embaixada de Angola em Portugal, com a gestão e coordenação do Exmo. Sr. Embaixador de Angola em Portugal Dr. Carlos Fonseca e da Adida Comercial da Embaixada de Angola em Portugal Dra. Paula Lisboa, teve como principal premissa a promoção de um encontro, um evento de discussão, que resultou na apresentação das novas oportunidades, de novos investimentos promovidos pela República de Angola. Políticas de um Estado virado para o futuro, de um Estado cujo papel em África e no mundo, será de primordial importância para a alavancagem de uma economia sustentável e de equilíbrio, onde a justiça social, a criação de emprego, a educação, a saúde, a eficiência energética, as alterações climáticas, as necessidades de evolução tecnológica e as necessidades em termos de era digital, serão as prioridades que se apresentam. O fórum criou as condições para a existência de um debate, com abordagens diferenciadas e de representatividade diversa, com a representação de diversas entidades de Angola e Portugal, cujas ações se centraram, em temas como a economia, o comercio, a indústria, a agricultura, a agroalimentar, a educação, a engenharia, a área social, a habitação, o ordenamento do território, o associativismo, o mundo empresarial e em simultâneo, as necessidades de empreendedorismo, de desenvolvimento e dos apoios disponíveis em termos fiscais e de financiamento. Destacou-se ainda, as necessidades de implementar um sistema entre o Governo de Angola e de Portugal, que criem condições para que os investidores, os parceiros nas diversas áreas, na educação, na formação, na saúde, entre outras, possam circular em tempo útil, tendo em vista a implementação de verdadeiras políticas, onde a cooperação, o empreendedorismo e o desenvolvimento, as novas oportunidades, deverão ser concretizadas com eficácia.

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos realçou a importância da realização destes eventos e demonstrou a sua disponibilidade e da Ordem dos Engenheiros Técnicos em participar e ser parceiro em ações que sejam verdadeiros contributos para o desenvolvimento e empreendedorismo e em simultâneo, destacou a importância da engenharia e das necessidades de formação nesta área, tendo em vista o contributo para uma evolução mais sustentada, onde o saber, o saber fazer, o conhecimento e as necessidades ao nível da investigação e de evolução tecnológica, são instrumentos de primordial importância para a criação de sociedades mais justas e evoluídas. Referiu ainda, as necessidades de criação de instrumentos de ornamento do território, que criem condições claras e objetivas, para a ocupação do solo e assim, permitirem a criação de condições de desenvolvimento sustentado, onde as questões relacionadas com a habitação, devem ser uma prioridade.



A Ordem dos Engenheiros Técnicos marcou presença na sessão de abertura da Convenção da Construção que teve lugar no dia 13 de dezembro no Grande Auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).



A Convenção foi o palco escolhido para a assinatura do Memorando de Entendimento para a Uniformização de Procedimentos Administrativos em Operações Urbanísticas, iniciativa da Ordem dos Arquitectos, que foi subscrito pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, pela Ordem dos Engenheiros, pela Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, pela Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores, pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, pela Confederação Empresarial de Portugal, pela Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços, pela Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas e pela Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários.



Esta cerimónia contou com a presença da Secretária de Estado da Habitação, Dra. Marina Gonçalves.

2.1.3. Conselho da Profissão / Colégios de Especialidade

No ano de 2022, o Conselho da Profissão manteve a sua atividade desenvolvida de forma articulada com o Conselho Diretivo Nacional e com as Secções Regionais, designadamente no apoio à atividade dos Colégios da Especialidade.

Os Colégios da Especialidade e o Conselho da Profissão apoiaram igualmente todas as atividades levadas a efeito pelas Secções Regionais e o Conselho Diretivo Nacional, no quadro de atuação que lhe está destinado estatutariamente.

O Conselho da Profissão apoiou o Conselho Diretivo Nacional no que diz respeito a:

i. Nomeação de representantes da Ordem para acompanhar o processo de revisão da regulamentação, que abrange o exercício da profissão;
ii. Nomeação de representantes da Ordem em Conselhos Consultivos das Escolas Superiores de Engenharia e Institutos Politécnicos;
iii. Nomeação de representantes da Ordem para integração nos júris de atribuição do Título de Especialista do Ensino Superior Politécnico;
iv. Emissão de pareceres relativamente a Novos Cursos na área da engenharia, sempre que solicitado pela A3ES – Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
v. Emissão de pareceres sobre certificação de competências específicas;
vi. Emissão de pareceres sobre Regulamentos a serem aprovados pelo CDN;
vii. Participação na emissão de relatórios de verificação de conformidade para Prestadores de Serviços da UE;
viii. Participação na atribuição do Grau de Engenheiro Técnico Sénior;
ix. Participação na atribuição do Grau de Engenheiro Técnico Especialista.

O Conselho da Profissão em conjunto com os Colégios de Especialidade e as Secções Regionais, realizou várias Jornadas Técnicas.

O Conselho da Profissão esteve reunido, em formato misto (de acordo com as imposições decorrentes da *situação epidemiológica provocada pelo coronavírus* SARS-CoV-2 e da doença COVID-19), em 7 de maio e 15 de outubro.

Em resposta a 12 convites para a OET participar como júri em processo de candidatura a títulos de especialista o Conselho da Profissão, em conjunto com os Colégios de Especialidade, participaram nas áreas de: Agrária (2), Informática (3), Civil (2), Energia e Sistemas de Potência (1), Alimentar (1), Segurança (1) e proteção Civil (1).





2.1.4. Regulamento Geral de Proteção de Dados

Embora a salvaguarda e respeito pela confidencialidade dos dados pessoais objeto de tratamento pela Ordem dos Engenheiros Técnicos seja, desde sempre, uma preocupação relevante e consciente desta Ordem, a entrada em vigor no dia 25 de maio de 2018 do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, que se aplica a todas as organizações dos Estados Membros da União Europeia que processam dados pessoais, colocou questões a 3 níveis:

- Dever legal de prestação de informação institucional entre a Ordem e os membros;
- Prestação de informação a entidades terceiras, no cumprimento de obrigação legislativa e como garantia de funcionamento administrativo da Ordem e a prática profissional dos seus membros;
- Garantia de cumprimento das obrigações da Ordem em resultado do exercício de qualquer direito conferido aos seus membros e titulares de dados pessoais.

Assim, a Ordem dos Engenheiros Técnicos decidiu, em cumprimento integral do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados:

- Manter o tratamento de dados pessoais dos nossos membros, aquando da sua inscrição e do subsequente exercício da sua profissão, observando as obrigações legais e estatutárias previstas nos Estatutos da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovados pela Lei 157/2015, de 17 de setembro e subsequentes aditamentos que venham a ocorrer;
- Manter a publicação de informação dirigida, através de email, no site nacional da Ordem dos Engenheiros Técnicos, newsletter com informação institucional e informação relativa à formação ao longo da vida, ou da Revista ENGenharia (obrigação legal decorrente do estatuto da Ordem dos

Engenheiros Técnicos – alínea n) do Artigo 3º dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovados pela Lei 157/2015, de 17 de setembro);

- Manter a consulta de membros no site da Ordem dos Engenheiros Técnicos (obrigação legal decorrente do estatuto da Ordem – artigo 117º dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovados pela Lei 157/2015, de 17 de setembro e subsequentes aditamentos que venham a ocorrer);
- Transmitir, de forma limitada, Dados Pessoais à ANACOM, relativamente aos técnicos habilitados para o projeto e instalação de ITED e ITUR (decorrente de obrigação legal prevista no ponto 2 do Artigo 37º e no ponto 4 do Artigo 67º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, na versão republicada pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho);
- Transmitir, de forma limitada, Dados Pessoais à ANPC relativamente aos projetistas do SCIE (decorrente de obrigação legal prevista no protocolo entre a Ordem e a ANPC, subjacente ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro).

Não obstante o cumprimento das suas atribuições e competências legais que decorrem da atividade da Ordem dos Engenheiros Técnicos, os dados pessoais dos membros da Ordem, para além dos fins previstos no cumprimento de obrigações legais, não são transmitidos a qualquer entidade terceira para além daquelas que, de um ponto de vista meramente administrativo, assessoram a Ordem dos Engenheiros Técnicos.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos assegura, a todos os seus membros, o exercício dos direitos que são atribuídos aos titulares de dados pessoais ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, os quais poderão ser exercidos junto dos nossos serviços e através do endereço de email do Encarregado de Proteção de Dados: epd@oet.pt.

O Conselho Diretivo Nacional nomeou a Dra. Raquel Fonseca, como Encarregada de Proteção de Dados da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

2.1.5. Informação

Foi editada a tradicional agenda de secretária, enviada gratuitamente para todos os membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos, tendo o site da Ordem continuado a ser alimentado diariamente com informação relevante para os Engenheiros Técnicos.

Devido à entrada em vigor do RGPD foram realizadas alterações numa funcionalidade do sistema SEDAP que permitia enviar a declaração diretamente do site da Ordem dos Engenheiros Técnicos para o destinatário, passando esta a ser enviado unicamente para o endereço fidelizado na Ordem dos Engenheiros Técnicos (ou seja, a Ordem envia a declaração só para o Engenheiro Técnico) e deixa de ser possível enviar para outras entidades diretamente a partir do site da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Foi aprovado o novo Conselho de Redação da Revista ENGenharia (Ordem dos Engenheiros Técnicos): Maria do Céu Rodrigues (Vice-Presidente), José Manuel Sousa (Vice-Presidente), Nuno Cota (Presidente do Conselho da Profissão), João Sousa (Vice-Presidente do Conselho da Profissão) e Carlos Pereira (Presidente do Conselho Fiscal Nacional e Coordenador Adjunto do Gabinete Técnico).

Em termos de *feed* de informação regular, o Centro de Documentação procedeu ao envio de numerosos mail-shot, a forma mais expedita de transmitir informação de forma massiva para todos os membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos com endereço de email registado, dentro dos limites legais impostos pela entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Foi continuada a edição da Revista ENGenharia, com a publicação do número 15, em agosto de 2022.



Foram igualmente publicadas 11 newsletters ao longo do ano, com periodicidade mensal.

O Instagram encontra-se desativado por motivos alheios à Ordem.

O Facebook já tem cerca de pouco mais de 2.000 seguidores.

O Canal Youtube tem 12 vídeos publicados.

O LinkedIn foi criado em julho e tem mais de 900 seguidores.

Para as redes sociais foi preparada informação para divulgação (comunicados, noticias, protocolos, etc), incluindo igualmente informação recebida das Secções Regionais e pedidos de divulgação de entidades diversas.

Foi apresentado o processo de emissão online do cartão digital de membro da Ordem dos Engenheiros Técnicos e deliberado que o cartão de membro da Ordem deixa de ser emitido em plástico, passando o "*cartão digital de membro da Ordem dos Engenheiros Técnicos*" a ser emitido pelos membros através do sistema SEDAP. Este cartão contém igualmente mecanismos de verificação da autenticidade, tal como acontece com as declarações da Ordem dos Engenheiros Técnicos (QR Code e certificação digital).

Para além do cartão de membro efetivo estão disponíveis os cartões de estagiário e estudante.





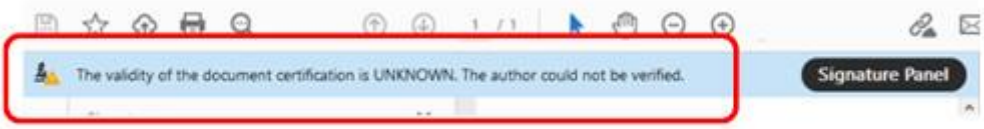


Foi apresentada a primeira versão da App (denominada SEDApp) que, numa primeira fase, permitiu unicamente a visualização do cartão de membro (está em fase final de testes). Esta App poderá evoluir para uma aplicação mais completa que permita realizar todas as funcionalidades presentemente existentes no sistema SEDAP, desenvolvimento que poderá demorar algum tempo porque obriga à reformulação de todo sistema de informação em que está baseado o SEDAP. Esta App será brevemente disponibilizada aos membros, numa primeira fase a partir do site da Ordem dos Engenheiros Técnicos e, mais tarde, através da Play Store (Android) e da App Store (iOS).

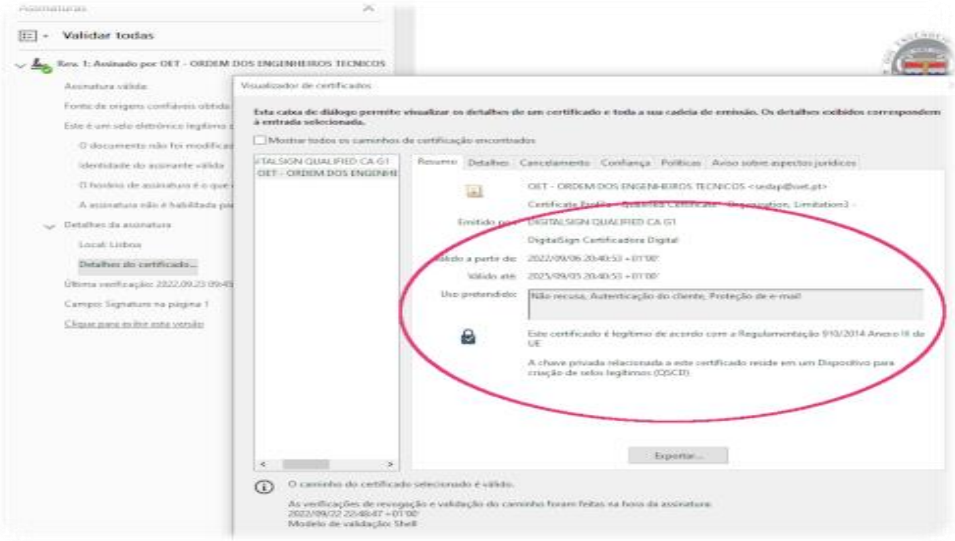
O certificado digital que a Ordem dos Engenheiros Técnicos utilizava para a certificação digital das declarações (MultiCert) deixou de ser comercializado. De igual modo foi alterado o processo de validação do certificado de raiz por parte da Adobe.

Assim, foi necessário encontrar outra solução que permitisse manter a certificação digital dos documentos gerados pela aplicação SEDAP.

A conjugação destas situações levou a que as declarações passassem a apresentar uma mensagem como a que apresentamos na imagem seguinte:



Também o sistema SEDAP foi atualizado e as declarações emitidas no sistema SEDAP da Ordem dos Engenheiros Técnicos passam a conter (como é requerido por algumas entidades licenciadoras) a seguinte informação:



Esta alteração visa igualmente cumprir o requisito previsto no Regulamento eIDAS - Identificação Eletrónica e aos Serviços de Confiança para as transações eletrónicas no mercado interno.

2.1.6. Recursos e Documentação

O Centro de Recursos e Documentação da Ordem dos Engenheiros Técnicos continua ao dispor dos membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos disponibilizando o acesso à documentação existente.

Em todas as secções regionais encontram-se disponíveis recursos informáticos para que os membros possam emitir gratuitamente as suas declarações para o exercício profissional.

2.1.7. Ensino Superior

Manteve-se a estreita participação do representante da Ordem dos Engenheiros Técnicos no Conselho Consultivo da A3ES - Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

De igual modo foram emitidos pareceres relativamente a Novos Ciclos de Estudos ou à renovação da acreditação dos Ciclos de estudos já em funcionamento, sempre que a A3ES o solicitou.

Também a Ordem dos Engenheiros Técnicos esteve disponível para todos os contatos e solicitações das instituições de Ensino Superior, marcando presença nos eventos para os quais foi solicitada.

Foram mantidos contatos regulares com as escolas que formam diplomados em engenharia. A Ordem dos Engenheiros Técnicos continua a integrar diversos Conselhos Consultivos de Instituições de Ensino Superior.

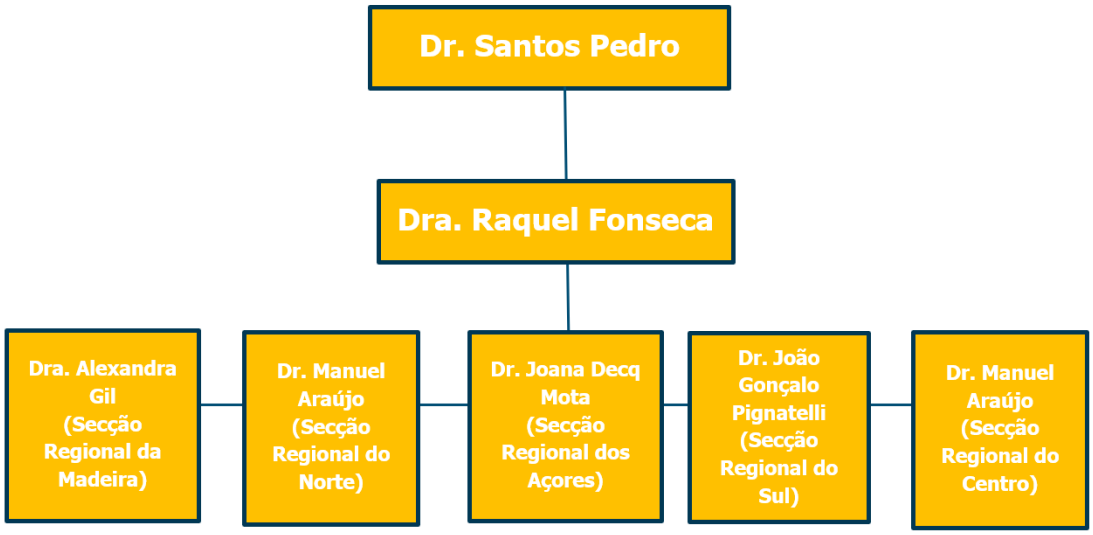
2.1.7. Gabinete Jurídico

a) Atividades

O Gabinete Jurídico de Apoio ao Bastonário, tem como principais atividades desenvolver as seguintes áreas:

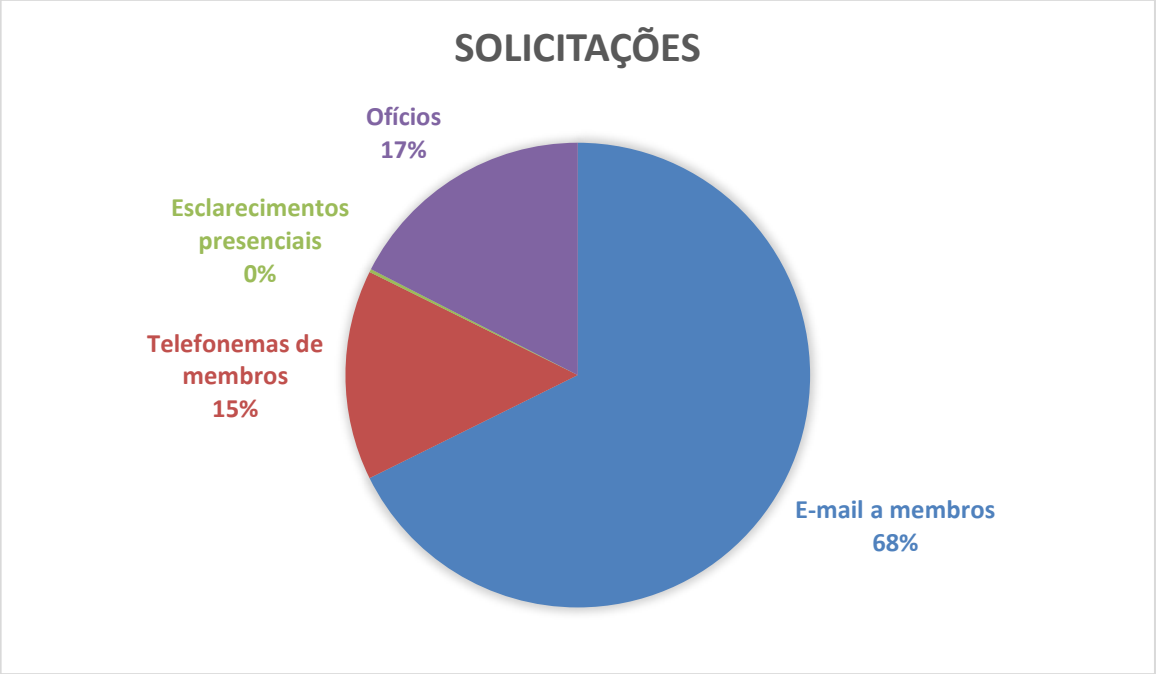
- Elaboração de estudos, informações e pareceres jurídicos necessários à tomada de decisões;
- Elaboração de propostas e acompanhamento jurídico de, entre outros, regulamentos, protocolos institucionais, acordos e adendas;
- Execução de atividades de apoio geral ou especializada nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas;
- Acompanhamento diário da legislação;
- Acompanhamento das ofertas de emprego na área da engenharia;
- Apoio Jurídico ao Conselho Jurisdicional;
- Emitir, sempre que entenda oportuno, recomendações, pareceres e sugestões sobre as queixas recebidas, encaminhando-as para os respetivos Órgãos Nacionais ou Regionais da Ordem;
- Elaborar um relatório anual sobre a sua atividade.

b) Organograma



c) Solicitações

Foram respondidos 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) pedidos de informação/esclarecimentos através de e-mail, telefone, correio e presencialmente.

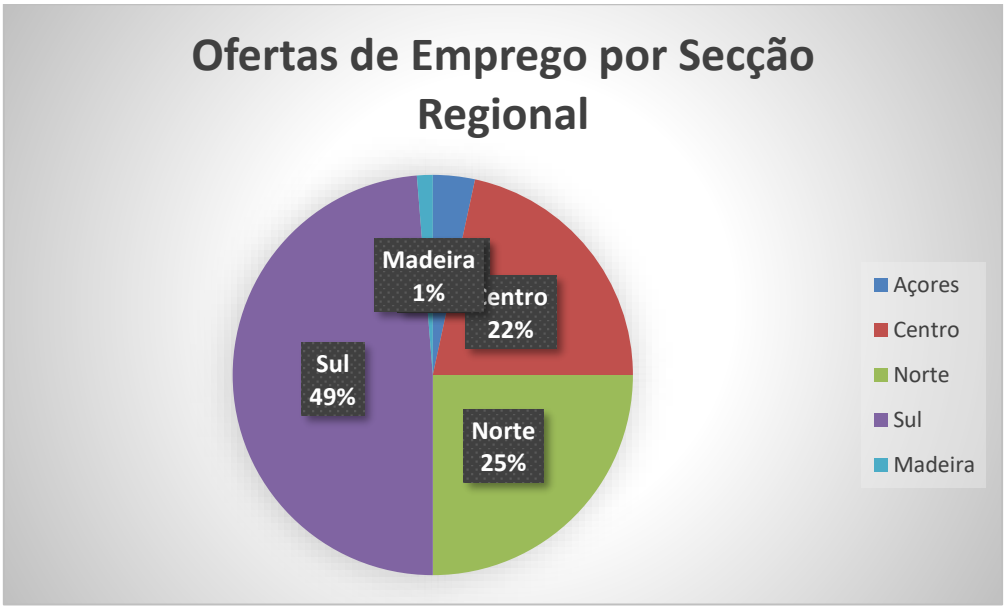


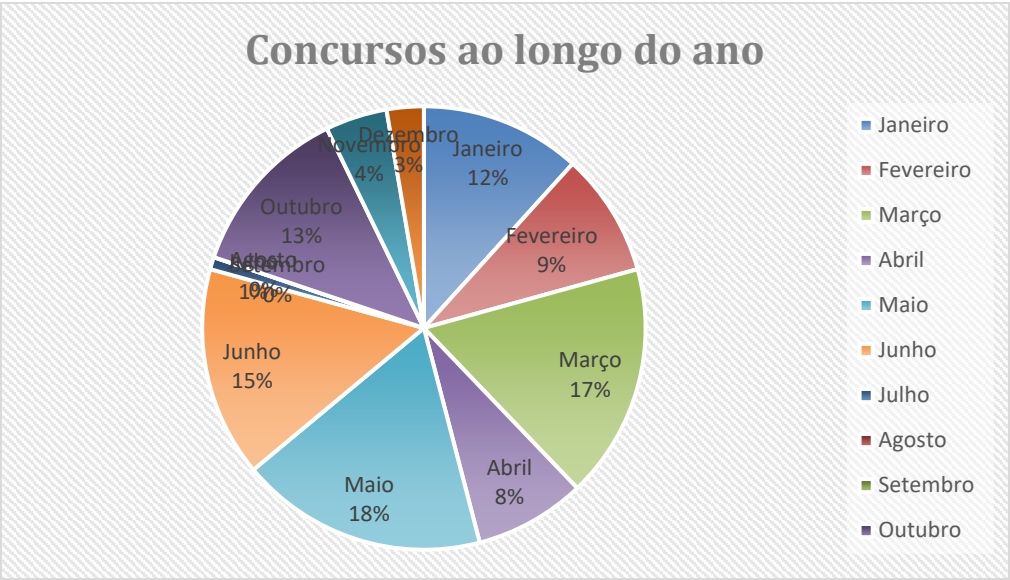
As perguntas solicitadas ao Gabinete Jurídico são de áreas bastante diversas, sendo que as principais se prendem com o exercício da profissão e de carácter deontológico.

d) Bolsa de emprego

O Gabinete Jurídico deu continuidade à divulgação de anúncios de procedimentos concursais de admissão à categoria de técnico superior na carreira da Função Pública, publicados em Diário da República e na Bolsa de Emprego Público, para o lugar de engenheiro técnico, sendo que diariamente a informação é atualizada no portal da OET em Ofertas de Emprego, e procede ainda à divulgação junto Secções Regionais que se encarregam de remeter as referidas ofertas de emprego aos respetivos membros por e-mail.

No ano de 2022, o Gabinete Jurídico divulgou um total de 236 anúncios, distribuídos a nível nacional da seguinte forma:





e) Reclamações de concursos

Após análise efetuada aos anúncios dos procedimentos concursais, o Gabinete Jurídico detetou que 32 (trinta e dois) procedimentos concursais padeciam de irregularidades.

Assim, verificou-se que 19 (dezanove) procedimentos concursais exigiam a obrigatoriedade de inscrição na Ordem na Ordem dos Engenheiros, discriminando os engenheiros técnicos sem qualquer fundamento minimamente razoável. Neste contexto, foram enviadas as seguintes reclamações:

1. Reclamação do procedimento concursal publicado no Aviso n.º 742/2022, lançado pela Marinha;
2. Reclamação do procedimento concursal publicado no Aviso OE202201/0505, lançado pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares;
3. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202204/0621, lançado pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal;
4. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de Aviso n.º 7994/2022, lançado pela Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
5. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de Aviso n.º (extrato) 9271/2022, lançado pela Guarda Nacional Republicana;
6. Reclamação da oferta de emprego, lançado pela Administração do Grupo Casais;
7. Reclamação do procedimento concursal com o Aviso n.º OE202202/0310, lançado pelo IEFP;
8. Reclamação da oferta de emprego, lançado pela BWA, Group;
9. Reclamação da oferta de emprego, lançado pela Conselho de Administração da DST, SA;
10. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º OE202205/1062, lançado pela Câmara Municipal de Barcelos;
11. Reclamação do procedimento concursal com o Aviso n.º 11543/2022, lançado pela Câmara Municipal de Vila de Conde;
12. Reclamação do procedimento concursal com o Aviso n.º OE202206/0135, lançado pela Câmara Municipal de Póvoa de Varzim;
13. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º OE202206/0144, lançado pela Câmara Municipal de Lousada;
14. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º OE202206/0819, lançado pela Câmara Municipal do Alvito;

15. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º 236/2022, lançado pela Câmara Municipal de Benavente;
16. Reclamação do Anúncio/Caderno de Encargos "UNIDADE LOCAL DE SAÚDE – PORTO SANTO – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES", lançado pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas;
17. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º 17435/2022, lançado pela Câmara Municipal de Ponte de Sor;
18. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º OE202209/0878, lançado pela Câmara Municipal de Abrantes;
19. Reclamação do procedimento concursal com o aviso n.º OE202212/0419, lançado pela Câmara Municipal do Porto.

Igualmente, foram enviadas 11 (onze) reclamações que não previam a inscrição na respetiva Associação pública Profissional, isto é, Ordem dos Engenheiros Técnicos ou Ordem dos Engenheiros, que se passam a elencar.

1. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202201/0255, lançado pela CIMBSE;
2. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202201/0198, lançado pela Câmara Municipal da Covilhã;
3. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202201/0240, lançado pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera;
4. Reclamação do procedimento concursal publicado no BEP com o código de oferta OE202201/0340, lançado pelo Instituto de Portalegre;
5. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202201/0346, lançado pela Universidade da Beira Interior;
6. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202201/0668, lançado pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa;
7. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202206/0960, lançado pela Câmara Municipal de Paredes de Coura;
8. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202208/0526, lançado pela Câmara Municipal de Beja;
9. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202109/0158, lançado pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos;
10. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202210/0004, lançado pelo Instituto Politécnico de Coimbra;
11. Reclamação do Procedimento Concursal Comum, publicado no BEP com o código de oferta OE202210/0448, lançado pela Câmara Municipal de Mêda.

f) Propostas de lei

Em colaboração com o Sr. Bastonário, com os Srs. Vice-Presidentes, com as Secções Regionais e com as Direções dos Colégios, emitiu as seguintes propostas de revisão de legislação.

1. Projeto de Lei 108/XV, que reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho;
2. Revisão da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho;
3. Proposta de alteração ao artigo 1415.º do Código Civil;
4. Consulta Pública da avaliação ambiental estratégica do plano estratégico da PAC 2023-2027 (PEPAC);
5. Proposta de alteração ao Despacho n.º 10903/2022, de 8 de setembro;
6. Proposta de decreto-lei sobre o registo de prédios urbanos sem dono conhecido a favor do Estado.

g) Legislação

O Gabinete Jurídico acompanha diariamente a legislação publicada em Diário da República e em discussão na Assembleia da República de modo que, em colaboração com o Engenheiro Técnico Pedro Brás, a página eletrónica da Ordem dos Engenheiros Técnicos continue em permanente atualização, permitindo assim, que os Engenheiros Técnicos e todos os cidadãos tenham acesso ao conhecimento da diversa legislação de uma forma célere.

h) Apoio às reuniões do CDN e do Conselho Jurisdicional

O Gabinete Jurídico prestou a sua colaboração na elaboração das 9 (nove) Atas das reuniões do Conselho Diretivo Nacional.

Também foi prestada a colaboração e apoio jurídico nas reuniões do Conselho Jurisdicional Nacional referente a quatro processos de Recurso e um processo disciplinar que deram entrada neste Conselho Jurisdicional.

i) Regulamentos

O Gabinete Jurídico prestou a sua colaboração na elaboração e publicação em Diário da República de 3 (três) Regulamentos e de uma Deliberação:

1. Regulamento n.º 54/2022, de 18 de janeiro, que procede à alteração do Regulamento de registo e Inscrição;
2. Regulamento n.º 184/2022, de 21 de fevereiro, que procede à alteração ao Regulamento de Estágio;
3. Regulamento n.º 614/2022, de 8 de julho, que procede à alteração ao Regulamento n.º 232/2017, de 3 de maio (Regulamento de Funcionamento da Assembleia Representativa Nacional)
4. Deliberação n.º 1341/2022, de 13 de dezembro, que altera a tabela de emolumentos, quotas e taxas publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 97, parte E, de 19 de maio de 2021.

j) Guia dos Processos Disciplinares

Foi elaborado o Guia dos Processos Disciplinares, que tem como principais objetivos o reforço da capacidade institucional, através da padronização e da normalização de metodologias e destina-se a dotar os Conselhos Disciplinares e o Conselho Jurisdicional da Ordem dos Engenheiros Técnicos de um guião jurídico, sobre o enquadramento da responsabilidade disciplinar e sobre a tramitação dos procedimentos disciplinares, de acordo com a Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro (Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos), com o Regulamento n.º 2/2013, de 3 de janeiro (Regulamento Disciplinar da Ordem dos Engenheiros Técnicos) e com o Regulamento n.º 888/2016, de 27 de setembro (Código Deontológico).

Este Guia pretende contribuir para a redução do tempo afeto à instrução dos processos e minimizar o risco de ocorrências de eventuais erros, atrasos e prescrições.

2.1.8. Gabinete de Apoio ao Bastonário

a) TAREFAS EXECUTADAS

- Assessorar o Bastonário transmitindo-lhe informações e executando as tarefas que lhe são confiadas.
- Organizar e manter atualizada a agenda de atividades do Bastonário.
- Elaboração de documentos e outra comunicação escrita bem como receção, tratamento e encaminhamento de informação e documentação recebida.
- Elaboração e promoção da divulgação das circulares informativas, despachos e outras decisões, junto dos membros eleitos e nomeados e das Secções Regionais.

- Apoiar nas reuniões com entidades/personalidades diversas realizadas pelo Bastonário e manter contatos de interesse para a Ordem.
- Organizar e apoiar às reuniões do Conselho Diretivo Nacional.
- Organizar e atualizar a listagem de contatos (Governo, AR e Grupos Parlamentares e Comissões Parlamentares, Câmaras, Juntas, Instituições de Ensino Superior (Portugal e PALOP), entidades diversas, imprensa, etc.).
- Verificação regular do e-mail contributos@oet.pt
- Verificação regular do e-mail comunicacao@oet.pt
- Preparação e envio de informação a ser incluída na página da Ordem em www.oet.pt (atualização do Index de Cursos, comunicados, protocolos, formação, eventos, notícias, pedidos de divulgações de entidades diversas, etc.)
- Preparação e envio de informação a ser incluída nas redes sociais da Ordem, nomeadamente Facebook, LinkedIn e Youtube (comunicados, protocolos, formação, eventos, notícias, pedidos de divulgações de entidades diversas, etc.)
- Preparação e envio de informação a ser incluída na Newsletter mensal (nacional).
- Bolsa de Peritos (resposta a membros, resposta a entidades diversas, atualização da listagem na página da Ordem).
- Apoiar na gestão e celebração de protocolos com entidades diversas (nomeadamente a atualização de parcerias já celebradas, convites a novas parcerias, etc).
- Elaboração das Mensagens do Bastonário para os Relatório e Contas, Plano de Atividades e Orçamento, Dia Nacional do Engenheiro Técnico e mensagem de Boas Festas.
- Apoio aos Vice-Presidentes, ao Gabinete Técnico, ao Conselho da Profissão, aos Colégios de Especialidade, às Comissões Instaladoras de Especialização e aos Grupos de Trabalho.
- Apoio aos membros que representam a Ordem nas diversas Comissões Técnicas, a convite de entidades diversas.
- Organização e manutenção de arquivo próprio.

Diariamente foram feitas as seguintes consultas via internet:

- Consulta de jornais e revistas técnicas
- Diário da República (Série I e Série II (A, B, C e E))
- Publicação de novos cursos em Diário da República (para atualização/inclusão no Index de Cursos da OET)
- Boletim do Trabalho e Emprego
- Petição Pública
- Portal do Governo (comunicados, comunicado de conselho de ministros, consultas públicas, etc.)
- Portal da Presidência da República
- Assembleia da República (agenda, comissões parlamentares, novas iniciativas, e proposta de lei em discussão, etc.)

Regularmente, foi feita a verificação de sites, como:

- CNOP
- Ordem dos Engenheiros (Nacional e Secções, Redes Sociais)
- Ordem dos Arquitetos (Nacional e Secções, Redes Sociais)
- Ordens PALOP
- CONFEA
- Instituto Português da Qualidade – consulta pública – normas
- IMPIC
- AATAE
- ADENE
- A3ES (para atualização/inclusão no Index de Cursos da OET)

- DGES (notícias, etc.)
- Sindicatos (área da engenharia)
- PTPC
- CCISP
- CRUP

No seguimento das medidas de prevenção provocadas pelo COVID'19 foram incluídos os seguintes sites para consulta:

- Ordem dos Médicos
- Ordem dos Enfermeiros
- DGS

b) CORRESPONDÊNCIA

- Foram recebidos e respondidos no ano de 2022, cerca de 6.838 e-mails e 51 ofícios.
- Foram enviados 120 ofícios sendo que: 35 foram reclamações de concursos ou ofertas de emprego, 16 para entidades Governamentais e 69 para entidades indiferenciadas.
- Foi enviada, sempre que publicada em Diário da República, a informação de novos cursos a serem incluídos no Index de Cursos da OET ao Bastonário, Vice-Presidentes, Presidente do Conselho da Profissão e Gabinete Jurídico.
- Foram enviadas às Secções Regionais e membros do Conselho Diretivo Nacional, as atualizações ao Index dos Cursos da OET.
- Foi enviada, sempre que publicada em Diário da República, a informação de legislação relativa ao exercício da profissão aos membros eleitos e nomeados, de acordo com o seu colégio de especialidade.
- Foi enviada a divulgação de eventos e formação aos membros eleitos e nomeados, de acordo com o seu colégio de especialidade e secção regional.
- Foram enviados aos membros eleitos e nomeados, às secções regionais e aos juristas, 9 comunicados resultantes das reuniões do Conselho Diretivo Nacional e das reuniões da Assembleia Representativa Nacional.
- Foram enviados cerca 15.877 e-mails para entidades diversas: às Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias, Ordens, Sindicatos, Governo, Ministérios e Secretários de Estado, Direções Gerais e Regionais, às CCDR, Universidades, Escolas, Faculdades, Institutos Politécnicos, Institutos Superiores, Associações de Estudantes e Antigos Alunos, Assembleia da República e Assembleias Legislativas Regionais da Madeira e dos Açores, Deputados, Comissões Parlamentares, Grupos Parlamentares, Partidos Políticos, Empresas Públicas e Privadas, e empresas de comunicação social, além de diversas entidades dos PALOP informação sobre a atividade da OET.

c) REUNIÕES DE DIREÇÃO

O Secretariado do Gabinete do Bastonário preparou e organizou as reuniões do Conselho Diretivo Nacional, nomeadamente as convocatórias, confirmações, elaboração dos comunicados, documentação e pastas a serem distribuídas pelos membros para consulta e envio de contributos, folha de presenças, apoio logístico, etc.

O Conselho Diretivo Nacional esteve reunido 9 vezes no ano de 2022, em formato misto (de acordo com as imposições decorrentes das medidas excecionais e temporárias de resposta à *situação epidemiológica provocada pelo coronavírus* SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, em 29 de janeiro, 26 de fevereiro, 8 de abril, 14 de maio, 16 de julho, 24 de setembro, 22 de outubro e 18 de novembro.

d) PROTOCOLOS

O Secretariado do Gabinete do Bastonário apoiou o Engenheiro Técnico Pedro Brás na elaboração de protocolos de parceria, tendo sido celebrados 12 com entidades diversas.

e) ATENDIMENTO

Foram recebidos 108 telefonemas, destacando que 25 foram chamadas diretas para a extensão do gabinete do Bastonário e 49 para o telemóvel do Gabinete do Bastonário.

f) PUBLICAÇÕES

O Secretariado do Gabinete do Bastonário apoiou na elaboração de 2 regulamentos e 1 deliberação no ano de 2022:

- Regulamento n.º 54/2022 – Regulamento de Registo e Inscrição (alteração)
- Regulamento n.º 184/2022 – Regulamento de Estágio (alteração)
- Deliberação n.º 1341/2022 – Tabela de Emolumentos, Quotas e Taxas da OET

Foram publicadas 11 Newsletters e enviadas a todos os membros eleitos e nomeados e a todas as Secções Regionais, além da publicação na página da Ordem e nas redes sociais.

g) REDES SOCIAIS

- O Instagram encontra-se desativado por motivos alheios à Ordem
- O Facebook já tem cerca de 2.000 seguidores
- O Canal Youtube tem 12 vídeos publicados
- O LinkedIn foi criado em julho e tem mais de 900 seguidores

Para as redes sociais foi preparada informação para divulgação (Comunicados, noticias, protocolos, etc), incluindo igualmente informação recebida das Secções Regionais, pedidos de divulgação de entidades diversas. Foi elaborado o planning mensal de forma a preencher com informação todos os dias da semana para melhor presença nas redes sociais.

2.1.9. Seguro Profissional

Continua a ser disponibilizado, gratuitamente, a todos os membros efetivos no pleno gozo dos seus direitos, a integração numa apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), da qual a Ordem dos Engenheiros Técnicos é tomadora.

No âmbito da atribuição de prestação de serviços aos seus membros, a Ordem dos Engenheiros Técnicos é titular de apólices com os capitais de €100.000,00, €250.000,00 e €300.000,00, que os Engenheiros Técnicos interessados podem subscrever individualmente.

De igual modo, foi contratada uma apólice de seguro de acidentes pessoais na qual são integrados gratuitamente todos os Engenheiros Técnicos Estagiários.

No seguro-base (com o capital de 10.000 €) os certificados individuais de seguro são emitidos pelos próprios membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos através do sistema SEDAP.

2.1.10. Parcerias e Protocolos

A Ordem dos Engenheiros Técnicos mantém protocolos com um alargado conjunto de parceiros que proporcionam benefícios aos Engenheiros Técnicos, cujo detalhe é permanentemente atualizado em www.oet.pt. No momento atual a lista é apresentada em seguida:

APOIO DOMICILIÁRIO

BANCOS

ENSINO E FORMAÇÃO

GINÁSIOS

LAZER

SAÚDE

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

esferasaúde
UNIDADES MÉDICAS ESPECIALIZADAS

Farmácia Estácio

Farmácia Internacional

FARMÁCIAS PROGRESSO
DE BOA SAÚDE TODOS OS DIAS

madalena psicóloga clínica resende

MALO CLINIC
Da ciência ao sorriso

NB fisio

PEDRO CHOY
Clínicas Medicina Chinesa

optivisão

SAMS

smile up
CLÍNICAS DENTÁRIAS

ESCOLHA CONSUMIDOR

21
TWENTYONE CLINIC
DENTAL CENTER

SERVIÇOS

IPMA APOGEP

Carla Cristina Soares
NOTÁRIA

CONSTRUIR

CSi PORTUGAL

Desentop

em

escapeshoes
10 ANOS

Mordomias&Companhia

myStickit
Colamos Ideias

FOOD ENGINEERING
RPL.

outplanr

top
INFORMÁTICA

Vi VIDA IMOBILIÁRIA

SINDICATO NACIONAL

SEMM

SEGUROS

REAL VIDA SEGUROS

TRANSPORTES

ARVM
AUTO REPARADORA VALE DE MILHAÇOS

car academy
formação e consultoria

Auto Pleno

AVIS
We try harder.

GLASSDRIVE
Especialistas em vidro automóvel

2.1.11. Relação com o Poder Político

A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou hoje no parlamento, na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, numa audição conjunta (com a OE e OA) acerca da Proposta de Lei das Ordens (Proposta de Lei n.º 108/XV/1), na qual o bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes expressou a posição da Ordem dos Engenheiros Técnicos acerca deste assunto.



No dia 22 de dezembro de 2022, foi aprovada na sessão plenária da Assembleia da República a nova lei das Ordens: Projeto de Lei 108/XV/1 - Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro (Estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais) e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho (Regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais).

Na linha da colaboração institucional da Ordem dos Engenheiros Técnicos junto das entidades governamentais, a Ordem dos Engenheiros Técnicos enviou vários ofícios com contributos e propostas, nomeadamente, entre outros, para:

- Resolução dos problemas de habitação e dos edifícios devolutos
- Projeto de Decreto-Lei que elimina a obrigatoriedade da instalação de gás nos edifícios a construir ou sujeitos a obras com controlo prévio
- Revisão da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho
- Esclarecimento técnico sobre o que é obrigatório para dar cumprimento ao estabelecido no g) do nº 5 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro, relativo ao componente de carregamento de veículos elétricos
- Despacho 10903/2022 que determina a realização de um estudo tendo em vista a elaboração de propostas tendentes à promoção da transparência e regulação do mercado habitacional
- Proposta de equivalência para fins profissionais do anterior bacharelato à atual licenciatura (1.º ciclo)
- Proposta de Plano de Poupança de Energia e Eficiência Hídrica
- Projeto de Decreto-Lei que altera o Código dos Contratos Públicos e a Lei n.º 30/2021
- Integração de Técnicos Superiores na área da Engenharia Alimentar nos mapas de pessoal dos Municípios

- Habilitação de técnico responsável para as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos
- Projeto de Lei 108/XV, que reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho (Lei das Ordens)
- Exclusão dos bacharéis de concursos para funções públicas. Obrigatoriedade de inscrição em ordem profissional para exercício de funções públicas incluindo em engenharia e proposta de alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e ao índice remuneratório dos trabalhadores da Administração Pública possuidores do grau académico de bacharelato, incluindo os engenheiros técnicos
- Proposta de alteração ao artigo 1415.º do Código Civil propriedade horizontal
- Contributos que julgamos serem necessários acrescentar ao projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico da proteção radiológica, adequando as regras relativas à incompatibilidade, ao regime contraordenacional e à aplicação no espaço.
- PNH - Programa Nacional de Habitação

A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi convidada a participar em vários grupos de trabalho além dos grupos em que já se encontra a colaborar, destacando-se:

- Conselho Nacional de Habitação
- Conselho Plenário do Conselho Superior de Obras Públicas
- Conselho Consultivo do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANP)
- Comissão de acompanhamento da aplicação do regime jurídico da SCIE (ANEPC)
- Grupo de Trabalho visando o desenvolvimento de um Programa Municipal de Promoção da Resiliência Sísmica do Parque Edificado, Privado e Municipal e Infraestruturas Municipais – ReSist (CM Lisboa)
- Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (ANEPC):
  - GT1 - Resiliência sísmica de equipamentos públicos de utilização coletiva;
  - GT2 - Peritos em avaliação e gestão de risco de catástrofes;
  - GT3 - Resiliência de comunidades locais;
  - GT4 - Resiliência de operadores de serviços essenciais;
  - GT5 -Base de dados de perdas e GT6 - Património cultural
- Comissão Técnica (IPQ):
  - CT42 – Segurança e Saúde no Trabalho (APSEI)
  - CT145 – Gestão Florestal Sustentável (ICNF)
  - CT180 – Gestão do Risco (APQ)
  - CT193 – Trabalhos em Altura SC2 - Segurança para Trabalhos em Altura em Construções (APSEI)
  - CT204 – Gestão de Ativos (APMI)
- Comissão Técnica CTE64 - Instalações elétricas e proteção contra choques elétricos (DGEG)
- Comissão Técnica CTE209 – ITED/ITUR (ACIST)
- Comissão Técnica CTE215 – ITED/ITUR (ACIST)
- Conselho Local de Acompanhamento para implementação da EMAAC - Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (CM Tomar)
- Grupo de Trabalho relativo à evocação do sismo e a chamada de atenção para o risco sísmico em Portugal (Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica)
- Grupo de Trabalho do Projeto Reabilitar como Regra (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana)

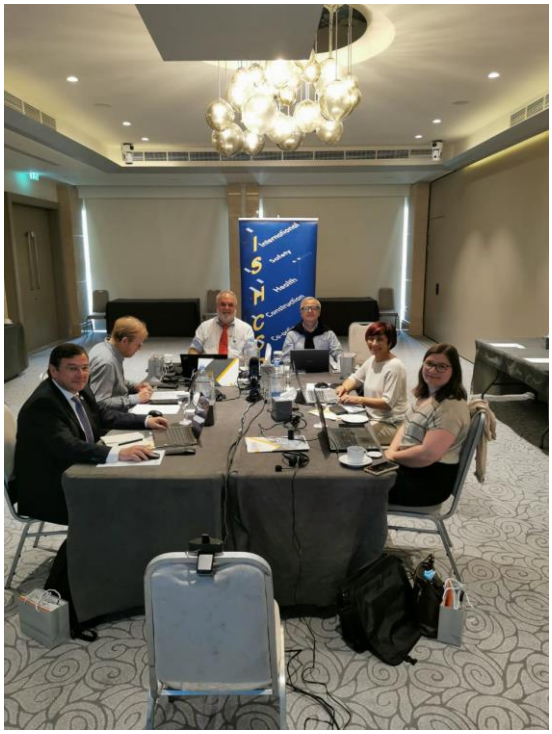
- Conselho Consultivo do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC) (ERSE)
- Comissão Consultiva de Certificação de Soldadores (IEP)
- Grupo Trabalho relativo ao enquadramento jurídico dos aproveitamos geotérmicos superficiais (DGEG)



2.1.13. Relações Internacionais

A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi admitida no dia 9 de março de 2022, por unanimidade, como membro afiliado da FMOI (Federação Mundial das Associações de Engenheiros).

A delegação da Ordem na Assembleia-Geral da FMOI (Costa Rica) foi constituída pelo Bastonário, Augusto Guedes, pelos Vice-Presidentes José Manuel Sousa e António Lousada, e pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral Nacional, João de Deus Pires.



O Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Engenheiro Técnico José Manuel Sousa, esteve presente em representação da Ordem dos Engenheiros Técnicos na Assembleia Geral anual da ISHCCO - International Safety and Health Construction Coordinators Organization, que este ano decorreu em Chipre, em formato misto (presencial e virtual), nos dias 7 e 8 de abril. Os assuntos debatidos foram sobre como melhorar as condições de saúde e segurança na construção e apresentação de novas iniciativas no sector. Foi aprovada a organização das próximas Assembleias Gerais Anuais nos seguintes locais: Bélgica, em 2023, Portugal, em 2024, Reino Unido, em 2025 e Áustria, em 2026.

A OET esteve presente na Assembleia Geral da FEANI, que decorreu em Berlim, na qual participaram o Bastonário, Augusto Guedes e os Vice-Presidentes, José Manuel Sousa e António Lousada.



A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou no Congresso internacional do "Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho", em Cabo Verde, nos dias 27 e 28 de abril, promovido pelo Instituto de Segurança e Saúde Ocupacional (ISSO). O congresso contou com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros para discussão das melhores estratégias de promoção do trabalho mais seguro, saudável e digno, numa conferência híbrida.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou no Congresso, representada pelo Presidente do Conselho Fiscal Nacional, Engenheiro Técnico Carlos Pereira e pelo Presidente da Secção Regional do Sul, sendo que ambos apresentaram dois painéis "Segurança rodoviária – riscos e medida de prevenção" e "Remoção do amianto na construção – prevenção e procedimentos" respetivamente.



A Ordem dos Engenheiros Técnicos participou no III Encontro Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (ENEST), organizado pela Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (ANEST), juntamente com a Associação Capixaba de Engenharia de Segurança do Trabalho (ASSCEST) e a Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE), nos dias 26, 27 e 28 de abril, no Brasil. O encontro reuniu diversos profissionais em palestras, painéis técnicos, stands de empresas, minicursos, com o intuito de promover as discussões mais relevantes que envolvem os diversos temas da engenharia de segurança do trabalho e demais áreas relacionadas. A Ordem dos Engenheiros Técnicos foi representada pelos Presidente da Secção Regional do Centro, Engenheiro Técnico Luís Filipe Almeida, Vice-Presidente da Secção Regional da Madeira, Engenheira Técnica Débora Santos, que também apresentou o painel "Segurança no ato de Engenharia: Operação e manutenção de instalações de tratamento de águas residuais", o Tesoureiro da Secção Regional da Madeira, Engenheiro Técnico Jorge Graterol e o Coordenador do Gabinete Técnico, Engenheiro Técnico Paulo Moradias.



No dia 7 de julho de 2022, foi celebrado um protocolo de reciprocidade entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos de Portugal e a Ordem dos Engenheiros Técnicos de Cabo Verde. Este protocolo visa o reconhecimento mútuo dos respetivos membros e a livre circulação profissional de engenheiros técnicos, no espaço de influência de cada associação.



A ANEST - Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho homenageou a OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido. A homenagem foi entregue, dia 27 de outubro, pelo Presidente da ANEST, Engenheiro Benvenuto Gonçalves Júnior.



A XXXVIII Assembleia Geral UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, decorreu no dia 27 de outubro, em Lisboa e juntou 43



delegações de cidades e empresas associadas da UCCLA. A OET esteve presente, representada pelo Presidente da Secção Regional do Sul e Membro do Conselho Diretivo Nacional, o Engenheiro Técnico José Delgado. O presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas foi nomeado o novo presidente da Comissão Executiva da UCCLA, o presidente do Conselho Municipal de Maputo, Eneas Comiche, o novo presidente da Assembleia Geral da UCCLA, e o Secretário-geral da organização, Vítor Ramalho, foi reeleito para um novo mandato decorrente da eleição dos novos Órgãos Sociais para o biénio 2022-2024.





Durante o X Congresso Vertentes e Desafios da Segurança foi formado o Fórum Lusófono de Engenharia, Segurança e Saúde no Trabalho. Foram eleitos como Presidente, o Engenheiro Benvenuto Gonçalves (Presidente da ANEST), Vice-Presidentes, o Engenheiro Técnico Luís Almeida (Presidente da Secção Regional do Centro da OET) e o Engenheiro Miguel Corticeiro Neves (Presidente da ASVDS) e como Secretários, o Engenheiro Hélder Simões (ESTeS Coimbra) e o Engenheiro João de Carvalho (Presidente do ISSO). O fórum desenvolverá a sua atividade em cooperação Fórum Lusófono de Engenharia, Segurança e Saúde no Trabalho ração e coordenação com todas as entidades de engenharia e segurança já existentes, em prol do conhecimento técnico-cientíco, das necessidades dos povos de língua portuguesa e em estreita articulação e proximidade com a sociedade civil.



No dia 23 de novembro decorreu o I Fórum Lusófono de Engenharia, Segurança e Saúde no Trabalho, FoLESST.

A missão e os objetivos do FoLESST foram apresentados na cidade de Recife, no Brasil, durante o 24.º Congresso Nacional de Engenharia e Segurança no Trabalho, em Assembleia Magna.

A OET esteve presente e apoiou o 24º Congresso Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho, organizado pela ANEST.





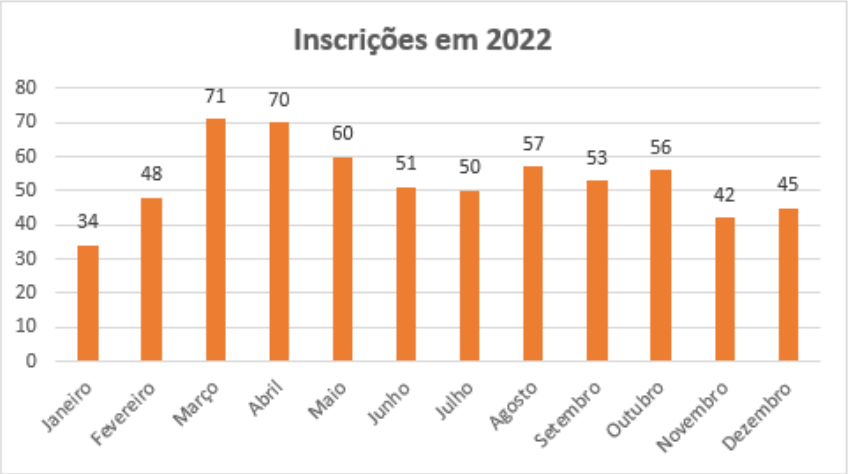


2.2. Atividade dos Engenheiros Técnicos

2.2.1. Inscrições na OET

Durante o ano de 2022 ocorreram as seguintes inscrições na OET:

Inscrições em	2022
Janeiro	34
Fevereiro	48
Março	71
Abril	70
Maio	60
Junho	51
Julho	50
Agosto	57
Setembro	53
Outubro	56
Novembro	42
Dezembro	45
Total	637



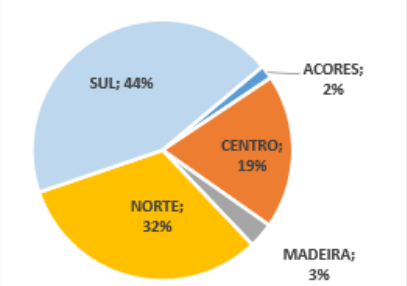
Inscrições na OET ao longo dos meses

Verifica-se um acréscimo de inscrições face ao ano anterior de 34% (que compara com um crescimento de 20% no ano anterior).

Em termos de distribuição por secções regionais, as inscrições no ano de 2022 foram distribuídas da forma que se apresenta no quadro seguinte:

Inscrições por região

Secção	Nº	%
ACORES	11	2%
CENTRO	122	19%
MADEIRA	20	3%
NORTE	203	32%
SUL	281	44%
Total	637	



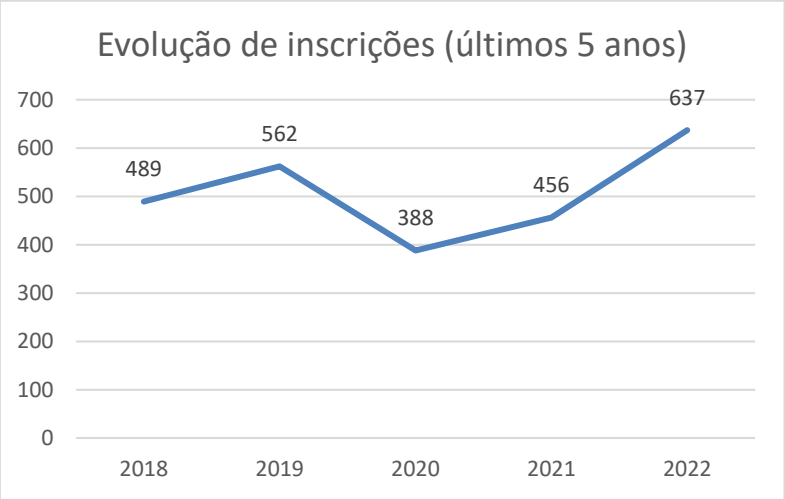
Inscrições na OET por Secção Regional

Em termos de qualificação de acesso dos novos membros admitidos em 2022 constata-se o seguinte.

Qualificação	Nº	%
Estudantes	66	10,4%
Bacharelato	74	11,6%
CESE	1	0,2%
Lic. Pos-Bolonha	446	70,0%
Lic. Pos-Bolonha (Afins)	26	4,1%
Lic. Pre-Bolonha	10	1,6%
Lic. Pré-Bolonha (Afins)	4	0,6%
Lic. Pre-Bolonha Bi-Etap.	1	0,2%
Mest Integrado	9	1,4%

Inscrições na OET por qualificação acesso

Será igualmente interessante analisar a evolução de inscrições ao longo dos últimos 5 anos:

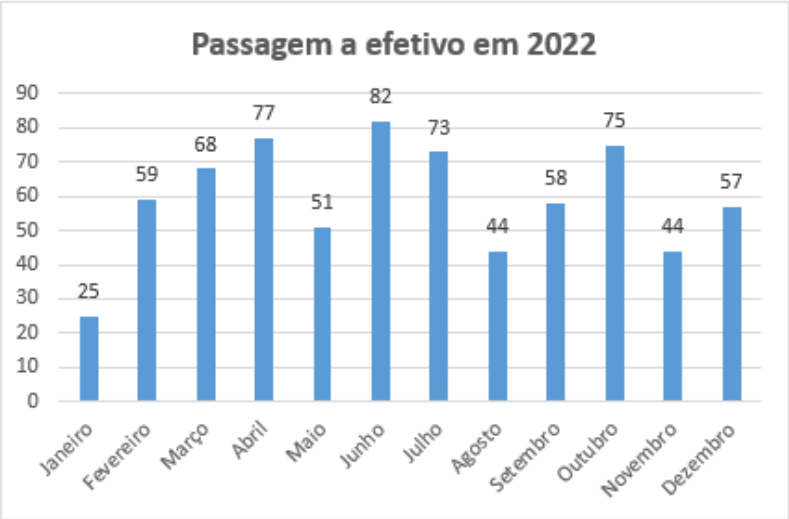


Evolução das Inscrições na OET nos últimos 5 anos

2.2.2. Passagem a membro efetivo

Depois de concluído o processo de inscrição, qualquer que tenha sido a modalidade, transitaram para membro efetivo da OET durante o ano de 2022 um total de 713 membros (acréscimo de 73% face aos 412 no ano anterior), distribuídos da seguinte forma ao longo dos meses:

Passagem a efetivo	2022
Janeiro	25
Fevereiro	59
Março	68
Abril	77
Maio	51
Junho	82
Julho	73
Agosto	44
Setembro	58
Outubro	75
Novembro	44
Dezembro	57
Total	713

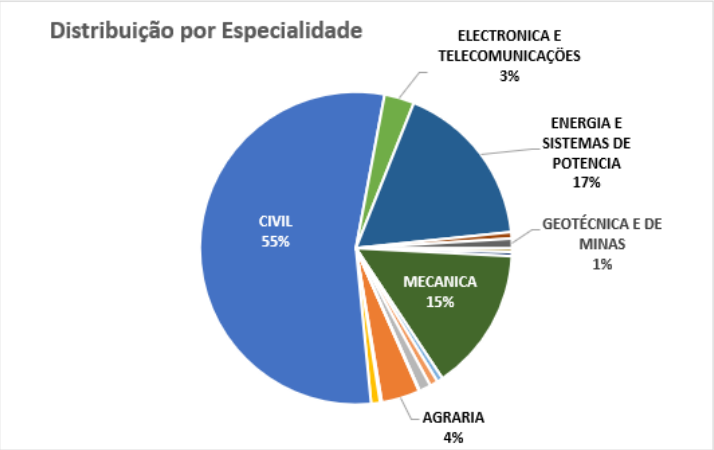


Passagem a membro efetivo da OET ao longo dos meses

2.2.3. Distribuição de membros por especialidade

Em termos de total de membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos, a distribuição por especialidade, em 31/12/2022, era a seguinte:

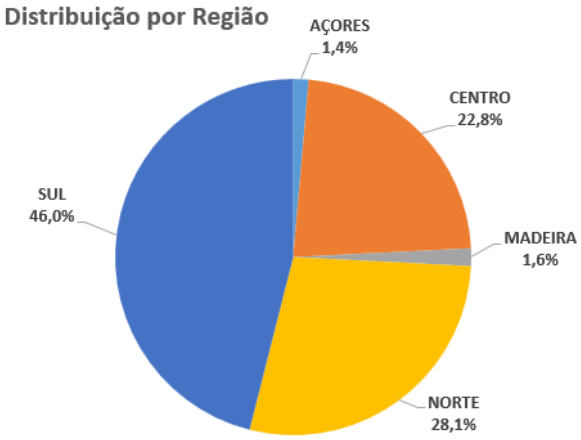
Especialidade	Total	Percent.
AERONAUTICA	10	0,04%
AGRARIA	1027	3,97%
ALIMENTAR	48	0,19%
AMBIENTE	239	0,92%
CIVIL	14112	54,51%
ELECTRONICA E TELECOMUNICAÇÕES	803	3,10%
ENERGIA E SISTEMAS DE POTENCIA	4479	17,30%
GEOGRAFICA / TOPOGRAFICA	172	0,66%
GEOTÉCNICA E DE MINAS	262	1,01%
INDUSTRIAL E DA QUALIDADE	94	0,36%
INFORMATICA	111	0,43%
MECANICA	3838	14,82%
PROTECÇÃO CIVIL	159	0,61%
QUIMICA E BIOLÓGICA	215	0,83%
SEGURANÇA	314	1,21%
TRANSPORTES	8	0,03%
	25891	



Distribuição dos membros por especialidade

2.2.4. Distribuição de membros por região

Organizando por secção regional, em 31/12/2022, os Engenheiros Técnicos distribuíam-se de acordo com o gráfico à direita:



Distribuição de membros por região

2.2.5. Atividade profissional dos Engenheiros Técnicos em 2022.

Com base no sistema SEDAP da OET, no qual é centralizado o processo de emissão das declarações que atestam a capacidade para desempenhar Atos Profissionais, conseguimos identificar alguns elementos importantes relacionados com a atividade profissional dos Engenheiros Técnicos.

Embora nem todos os atos de engenharia sejam regulamentados, e não sendo possível praticar atos de engenharia regulamentados sem ser através da emissão de declarações a partir deste sistema, os dados que apresentamos constituem uma amostra do nível de atividade dos Engenheiros Técnicos, proporcionando algumas informações ao nível da comparabilidade (dentro do que é possível comparar). Como é evidente, os atos que não requerem a emissão de declaração não estão incluídos neste indicador. Da mesma forma não é possível assegurar que todas as declarações correspondem a atos profissionais concretizados (pode existir a emissão de declaração, mas o ato profissional não ser concretizado, quaisquer que sejam os motivos).

Como acontece há mais de 10 anos, a Ordem dos Engenheiros Técnicos divulga dados anuais relativos ao exercício da profissão de Engenheiro Técnico.

Assim, foram emitidas durante o ano de 2022 um total de 261.219 declarações para o exercício de atos profissionais.

São apresentadas no quadro seguinte o total de declarações emitidas entre 2010 (projeção anual com os dados de 7 meses) e 2022:

Ano	Nº Declarações Emitidas	Δ
2010*	133 252	
2011	109 800	-18%
2012	91 485	-17%
2013	86 706	-5%
2014	88 951	3%
2015	93 147	5%
2016	121 668	31%
2017	156 516	29%
2018	189 813	21%
2019	215 799	14%
2020	219 248	2%
2021	241 826	10%
2022	261 219	8%



Evolução do nº de declarações emitidas desde 2011

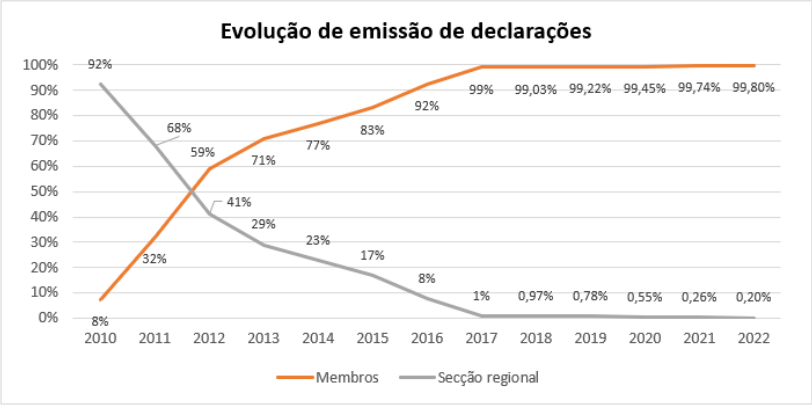
Podemos inferir dos dados acima apresentados que os Engenheiros Técnicos, não obstante o impacto económico da pandemia (que ainda se sente), do aumento da inflação e da disrupção das cadeias de distribuição à escala mundial, o mesmo não teve expressão na nossa atividade, tendo continuado a crescer o número de atos de engenharia praticados.

Assim, verifica-se que os Engenheiros Técnicos praticaram em 2022 mais 8% de atos de engenharia relativamente ao ano anterior. Ou seja, a atividade dos Engenheiros Técnicos está em crescimento sustentado desde 2014, quando os efeitos do resgate financeiro a Portugal começaram a atenuar-se.

Por outro lado, é cada vez menor mais residual (em 2022 foi de 0,2%) o valor percentual das declarações emitidas pelas secções regionais, sendo 99,8% das declarações emitidas pelos Engenheiros Técnicos.

Em termos de Secções Regionais a evolução ao longo dos anos do total de declarações emitidas pelos membros e pelas secções regionais está a estabilizar desde 2017, data em que mais de 99% das declarações são emitidas pelos membros (em 2022 cerca de 99,8%), passando a residual (cerca de 0,2%) o número de declarações emitidas pelas Secções Regionais.

Ano	Membros	Secção regional
2010	8%	92%
2011	32%	68%
2012	59%	41%
2013	71%	29%
2014	77%	23%
2015	83%	17%
2016	92%	8%
2017	99%	1%
2018	99,03%	0,97%
2019	99,22%	0,78%
2020	99,45%	0,55%
2021	99,74%	0,26%
2022	99,80%	0,20%



Evolução do nº de declarações emitidas desde 2010 por emissor

Esta realidade, por secção regional, é expressa no quadro seguinte

Secção Regional	Nº total de Declarações		Emitidas por			
			Membro	%	Secção Regional	%
AÇORES	3 914	0,7%	3 900	99,64%	14	0,36%
CENTRO	68 983	13,2%	68 905	99,89%	78	0,11%
MADEIRA	3 243	0,6%	3 237	99,81%	6	0,19%
NORTE	91 431	17,5%	91 119	99,66%	312	0,34%
SUL	93 648	17,9%	93 529	99,87%	119	0,13%
Total	261 219		260 690	99,80%	529	0,20%

Nº de declarações emitidas em 2022 por emissor e por Secção Regional

Em termos regionais, um indicador do local onde existe a atividade económica, a distribuição dos atos de engenharia praticados /em 2022 (e nos anos anteriores) o número de declarações emitidas foi a que é apresentada no quadro seguinte. Daqui decorre que o indicador da atividade dos engenheiros técnicos (naquilo que é possível comparar com anos anteriores - atos regulados que requerem a emissão de declarações para a respetiva prática), aumentou em todas as regiões de Portugal:

Variação por Secção Regional

Secção	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2022-2021
AÇORES	1 486	1 200	1 177	1 167	1 484	1 969	2 746	3 016	3 662	3 539	3 747	3 914	4,5%
CENTRO	34 265	28 182	26 108	25 876	25 614	33 282	42 477	52 078	55 978	57 590	64 418	68 983	7,1%
MADEIRA	1 069	825	802	802	1 218	2 011	3 222	2 139	2 509	2 510	3 156	3 243	2,8%
NORTE	35 821	30 960	27 892	29 188	31 385	41 220	53 876	64 797	76 098	75 803	82 971	91 431	10,2%
SUL	37 159	30 318	29 931	31 173	32 741	43 185	54 195	67 783	77 552	79 806	87 534	93 648	7,0%
	109 800	91 485	85 910	88 206	92 442	121 668	156 516	189 813	215 799	219 248	241 826	261 219	8,0%

Evolução da emissão de declarações por região

Em termos de atos profissionais, foram realizados em 2022 pelos Engenheiros Técnicos os seguintes atos de engenharia:

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 001-Auditoria energética	56
Modelo 002-Planos de racionalização e de relatórios de execução e progresso	8
Modelo 003 - Coordenação Segurança - Obras Engenharia Civil	420
Modelo 004 - Coordenação Segurança - Edifícios	627
Modelo 005 - Plano de Segurança e Saúde	7090
Modelo 007A - Planos de Segurança contra Incêndios em Edifícios	3968
Modelo 010 - Emissão de pareceres, realização de vistorias e de inspecções das condições de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE)	6
Modelo 011 - Contratos de empreitada	18
Modelo 014A - Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos	1113
Modelo 014B - Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos em Obras da Cat. II	1271
Modelo 014C - Elaborar e subscrever projectos de ventilação e exaustão de fumos em obras das Cat. III e IV	120
Modelo 016 - Pessoa Competente	485
Modelo 018A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	6253
Modelo 018B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	4192
Modelo 018C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria III (Port.701-H/2008)	352
Modelo 019B - Projecto de condicionamento acústico de edifícios, com características especiais, nomeadamente edifícios de restauração com música ambiente, salas de espectáculos, auditórios, estúdios ou discotecas	9
Modelo 019C - Projecto de condicionamento acústico de edifícios, com características especiais, nomeadamente edifícios de restauração com música ambiente, salas de espectáculos, auditórios, estúdios ou discotecas	9
Modelo 029 - Técnico Qualificado Grupo A	36
Modelo 030 - Infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações - nível civil	1731
Modelo 031 - Infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações - nível instalações eléctricas	1907
Modelo 037 - Estagiário - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	68
Modelo 037A - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	4409

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 037S - Apresentação em Entidades Diversas (emprego)	27
Modelo 038 - Projectista de Sistemas Solares Térmicos	57
Modelo 044 - Concursos Públicos (um único acto)	1383
Modelo 045 - Concursos Públicos (validade de 6 meses)	147
Modelo 046 - Direcção Técnica da Pedreira	1
Modelo 048 - Exercício da profissão na Europa (versão francês)	23
Modelo 049 - Exercício da profissão na Europa (versão inglês)	30
Modelo 050 - Exercício da profissão - Cabo Verde	15
Modelo 051 - Exercício da profissão na Europa (Português)	361
Modelo 052 - Estag. - Para fins Judiciais	19
Modelo 052A - Para fins Judiciais	282
Modelo 053 - HACCP - Plano de Segurança Alimentar	788
Modelo 054 - Exercício da profissão (Engenharia Mecânica)	222
Modelo 054I - Exercício da profissão (Engenharia Mecânica)-Inglês	8
Modelo 055 - Exercício da profissão (francês) - Engenharia Mecânica	2
Modelo 057 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência	767
Modelo 058 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência (versão francês)	5
Modelo 059 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Energia e Sistemas de Potência (versão inglês)	21
Modelo 060 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Electrónica e Telecomunicações	61
Modelo 061 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Civil	1189
Modelo 063 - Técnico Responsável p/determinar o nível de conservação de edifícios	187
Modelo 064 - Exercício da profissão - Especialidade Engenharia Agrária	31
Modelo 065 - Técnico Responsável pelo controlo da qualidade dos géneros alimentícios	3
Modelo 066 - Técnico Responsável por produtos fitofarmacêuticos	2
Modelo 067-Téc.Responsável p/instalação, de elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes	269
Modelo 068 - Técnico Responsável pela instalação, fabrico e armazenagem de produtos explosivos	1
Modelo 070 - Coordenador de Segurança e Saúde no Trabalho em Estaleiros de Construção	3
Modelo 071 - Técnico Responsável pelo Projecto - actividade industrial	146
Modelo 072 - Alvarás - responsável empresa informática	2
Modelo 073 - Coordenação de Segurança em Obra	238
Modelo 074 - Projectos de microprodução p/fornecimento de energia eléctrica	57
Modelo 075 - Perito RCCTE	113
Modelo 076 - Perito RSECE - Energia	15
Modelo 078 - Responsável por instalações eléctricas e mecânicas p/apresentar no InCI	2
Modelo 080 - Director Responsável pelo Estaleiro	77
Modelo 081 - Revisor de Projectos	45
Modelo 092 - Responsável de defesa da floresta contra incêndios	5
Modelo 093 - Responsável pela instalação de motores fixos	1
Modelo 096 - Execução das estruturas de betão	160
Modelo 103 - Técnico Responsável da entidade (SCIE)	164
Modelo 104 - Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	45
Modelo 107 - Elaboração de estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados de interesse nacional, público ou municipal	2
Modelo 109 - Elaboração de projectos de segurança de ascensores e respectivos componentes de segurança dos mesmos	91
Modelo 110 - Técnico nível 6 Nível de qualificação - Livre Circulação	70
Modelo 114A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios, em obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	73
Modelo 114B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios, em obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	432
Modelo 114C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios em obras da Categoria III e IV (Port.701-H/2008)	216
Modelo 119 - Produção Cartográfica	360
Modelo 122 - RCCTE (p/ Região Autónoma dos Açores)	4
Modelo 123 - RCESE - Energia (p/ Região Autónoma dos Açores)	2
Modelo 131A - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria I (Port.701-H/2008)	4014
Modelo 131B - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria II (Port.701-H/2008)	5362
Modelo 131C - Projectos de condicionamento acústico de edifícios e avaliação acústica para verificação de conformidade. Obras da Categoria III (Port.701-H/2008)	482
Modelo 132 - Exercício da profissão em Angola	35
Modelo 133 - Exercício da profissão (Brasil)	13
Modelo 135 - Exerc. Prof. Brasil (Civil)	4
Modelo 137 - Mediação imobiliária	11
Modelo 138 - Angariação imobiliária	5
Modelo 139 - TRIESP R.A.AÇORES ACI - Elaboração de projectos , execução e exploração de instalações eléctricas de Nível I	455
Modelo 141-TRIESP R.A.AÇORES AC99- Elaboração de projectos de Nível II e execução e exploração de instalações eléctricas de Nível I (Características Especiais)	1
Modelo 146A - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 6 de alvará	3177
Modelo 146B - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 8 de alvará	1197

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 146C - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, em obras até à classe 9 de alvará, com projecto de estruturas classificado na categoria IV ou edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção	4
Modelo 147A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	141
Modelo 147B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	132
Modelo 148A - Técnico Responsável pela elaboração de subscrição de projectos de especialidade Cat I - Autorização de utilização	253
Modelo 148B - Técnico Responsável pela elaboração de subscrição de projectos de especialidade Cat II - Autorização de utilização	139
Modelo 149 - Licenca/Autorização de Utilização	3601
Modelo 150-Processo de constituição da propriedade horizontal	207
Modelo 152-Responsável pela demonstração e cumprimento das exigências, decorrentes da aplicação de Regulamentos Municipais	220
Modelo 153-Exercício da profissão - Outras Especialidades	330
Modelo 157-Exercício da profissão - Alemão - Todas Especialidades	18
Modelo 158-Exercício da profissão - Inglês - Todas Especialidades	57
Modelo 159-Exercício da profissão - Francês - Todas Especialidades	23
Modelo 167-Prestação de serviços de eficiência energética - execução de estudos e/ou projetos respeitantes à implementação de medidas de melhoria da eficiência energética em edifícios ou equipamentos	1
Modelo 169-Prestação de serviços de eficiência energética - execução de estudos e/ou projetos respeitantes à implementação de medidas de melhoria da eficiência energética em edifícios ou equipamentos	2
Modelo 170-Especialista	373
Modelo 171-Sénior	189
Modelo 173-Exercício da profissão - Espanhol - Todas Especialidades	26
Modelo 174-Técnico responsável de empresa de segurança	5
Modelo 175-Projeto e demonstração do cumprimento do REH - Reg. Desempenho Energ. Edif. Habitação	2449
Modelo 176-Técnico responsável pelo projeto e demonstração do cumprimento das exigências decorrentes do RECS - Regulamento do Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços	714
Modelo 177-EMIE-Técnico responsável pela manutenção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes, monta -cargas e plataformas destinadas a movimentar pessoas	59
Modelo 178-Diretor técnico EIIE - entidade inspetora de instalações de elevação	3
Modelo 179-Inspetor EIIE - entidade inspetora de instalações de elevação	9
Modelo 180A-Estudo Comport.Térmico e dos requisitos de ventilação e qualidade do ar interior (Categoria I)	935
Modelo 180B-Estudo Comport.Térmico e dos requisitos de ventilação e qualidade do ar interior (Categoria II)	893
Modelo 180C-Estudo Comport.Térmico e dos requisitos de ventilação e qualidade do ar interior (Categoria III)	63
Modelo 181-Isenção de controlo prévio - Comunicação (Engenharia Civil)	27
Modelo 204 - Diretor técnico de EIG (Mec/Quim-Biol)	24
Modelo 205 - Diretor técnico de EIG (Restantes especialidades)	23
Modelo 206 - Diretor técnico de EIC (Mec/Quim-Biol)	9
Modelo 207 - Diretor técnico de EIC (Restantes especialidades)	5
Modelo 208 - Inspetor de EIC (Mecânica/Quím-Biol)	16
Modelo 209 - Inspetor de EIC (Outras especialidades)	11
Modelo 210 - Supervisor de Entidade Exploradora de Gás	6
Modelo 211 - Projetista de Gás (Mecânica/Química-biológica)	3196
Modelo 212 - Projectista de gás (Outras especialidades)	12152
Modelo 213 - Projeto e exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustível (Mecânica/Química-Biológica)	117
Modelo 214 - Projeto e exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustível (outras especialidades)	379
Modelo 219 - Persona competente (Castellano)	2
Modelo 222A - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria I	302
Modelo 222B - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria II	245
Modelo 222C - Instalações, equipamentos e sistemas de gás- Categoria III	69
Modelo 224 - Técnico responsável pela execução de Instalações Elétricas de Serviço Particular	3475
Modelo 225 - Diretor técnico de EIIEL (entidade inspetora de instalações elétricas de serviço particular)	5
Modelo 226 - Inspetor de EIIEL - entidade inspetora de instalações elétricas de serviço particular	15
Modelo 227 - Técnico responsável pelo projeto de instalações elétricas de serviço particular	21481
Modelo 228 - Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas de serviço particular	889
Modelo 401A - Coordenador de Projetos (Até classe 4)	3706
Modelo 401B - Coordenador de Projetos (Classe 5 ou superior)	2499
Modelo 402A - Direção de obra de edifícios (até classe 6)	11263
Modelo 402B - Direção de obra de edifícios (até classe 8)	5031
Modelo 402C - Direção de obra de edifícios (até classe 9)	1284
Modelo 402D - Direção de obra de edifícios (classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de proteção)	693
Modelo 402E - Direção de obra de edifícios categoria IV	77
Modelo 403A - Direcção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria I e II	755
Modelo 403B - Direcção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria III	915

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 403C - Direcção nas obras, que não sejam edifícios, de categoria IV	101
Modelo 403D - Direcção nas obras, que não sejam edifícios em imoveis classificados	19
Modelo 404A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 404B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 405A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	2
Modelo 405B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 406A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	10
Modelo 406B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	18
Modelo 406C-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	11
Modelo 407A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1123
Modelo 407B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	99
Modelo 407C-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	6
Modelo 408A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	550
Modelo 408B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	13
Modelo 409A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	2
Modelo 409B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	1
Modelo 410A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 410B-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 411A-Direção de obra de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 413A - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 6 de alvará	4754
Modelo 413B - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, nas obras até à classe 8 de alvará	2494
Modelo 413C - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, em obras até à classe 9 de alvará	773
Modelo 413D - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios em edifícios classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção	339
Modelo 413E - Direcção de fiscalização de especialidade, em obras de edifícios, com projecto de estruturas classificado na categoria IV	16
Modelo 414A - Direcção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	268
Modelo 414B - Direcção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	851
Modelo 414C - Direcção de fiscalização de obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV	63
Modelo 414D - Direcção de fiscalização de obras em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção, que não sejam edifícios.	81
Modelo 415A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	1
Modelo 415B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	3
Modelo 416A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	3
Modelo 417A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	2
Modelo 417B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	6
Modelo 417C - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	2
Modelo 417D - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios em imóveis classificados ou em vias de classificação, ou inseridos em zona especial ou automática de protecção, que não sejam edifícios.	1
Modelo 418A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	43
Modelo 418B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	18
Modelo 418C - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias IV.	8
Modelo 419A - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias I e II.	12
Modelo 419B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 420B - Direcções de fiscalização de especialidade, em obras que não sejam edifícios, nas obras das categorias III.	2
Modelo 424A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	1543
Modelo 424B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II .	1779
Modelo 424C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	1979
Modelo 424D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	147
Modelo 425A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	875
Modelo 425B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II .	167
Modelo 425C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	52
Modelo 425D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	38
Modelo 426A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	49
Modelo 426C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	7
Modelo 427B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II .	1
Modelo 427C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	10
Modelo 428A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	42
Modelo 428C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III .	66
Modelo 430A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	1
Modelo 430B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II .	1
Modelo 431A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	2
Modelo 431C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	2
Modelo 434A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	377
Modelo 434B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	529
Modelo 434C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	244
Modelo 434D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	925
Modelo 434E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	133

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 434F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	324
Modelo 434G - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV (grupos específicos).	1
Modelo 435A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I.	202
Modelo 435C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	750
Modelo 435D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	978
Modelo 435E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	149
Modelo 435G - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	33
Modelo 436B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	7
Modelo 436D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	21
Modelo 437C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	9
Modelo 438A - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I .	135
Modelo 438B - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	21
Modelo 438C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	138
Modelo 438D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	58
Modelo 438E - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	90
Modelo 438F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	158
Modelo 438G - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	1
Modelo 439D - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III.	2
Modelo 439F - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria IV.	3
Modelo 440C - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria II.	1
Modelo 443A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	146
Modelo 443B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	27
Modelo 443C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	8
Modelo 444A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	12
Modelo 444B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	7
Modelo 445A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria I	2
Modelo 446A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	30
Modelo 446B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	14
Modelo 446C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	2
Modelo 447A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria II	2
Modelo 449A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	11
Modelo 449B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	9
Modelo 449C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	1
Modelo 451A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria III	1
Modelo 453A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	20
Modelo 453B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	7
Modelo 453C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	4
Modelo 454A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	6
Modelo 454B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	10
Modelo 454C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	1
Modelo 455A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	8
Modelo 455B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	9
Modelo 456A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	10
Modelo 460A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	20
Modelo 460B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	62
Modelo 460C - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria V	10
Modelo 461A - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	62
Modelo 463B - Técnico responsável pela condução de trabalhos de especialidade em obras de Categoria IV	1
Modelo 464A - Alvará (civil) Até classe 6 - Obras de 1.ª Categoria	440
Modelo 464B - Alvará (civil) Até classe 8 - Obras de 1.ª Categoria	148
Modelo 464C - Alvará (civil) Até classe 9 - Obras de 1.ª Categoria	49
Modelo 465A - Alvará (Mecânica) Até classe 1 Obras de 1.ª Categoria - Edifícios e património construído - 5ª subcategoria: Estuques, pinturas e outros revestimentos	6
Modelo 465B - Alvará (Mecânica) Até classe 6 Obras de 1.ª Categoria - Edifícios e património construído (outras subcategorias)	20
Modelo 465C - Alvará (Mecânica) Até classe 8 - Obras de 1.ª Categoria	9
Modelo 465D - Alvará (Mecânica) Até classe 9 - Obras de 1.ª Categoria	2
Modelo 467A - Alvará (Civil) até classe 6 - Obras de 2.ª Categoria	225
Modelo 467B - Alvará (Civil) até classe 8 - Obras de 2.ª Categoria	98
Modelo 467C - Alvará (Civil) até classe 9 - Obras de 2.ª Categoria	45
Modelo 468A - Alvará (Mecânica) até classe 4 - Obras de 2.ª Categoria	12
Modelo 470A - Alvará (Agrária) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 6	3
Modelo 470B - Alvará (Agrária) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 8	1
Modelo 471A - Alvará (Geotécnica e Minas) - Obras de 2.ª Categoria até Classe 3	1
Modelo 472A - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	100
Modelo 472B - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 8	50
Modelo 472C - Alvará (Civil) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 9	21
Modelo 474A - Alvará (Agrária) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 475A - Alvará (Geotécnica e Minas) - Obras de 3.ª Categoria até Classe 6	1

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 476A - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	102
Modelo 476B - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	51
Modelo 476C - Alvará (Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	26
Modelo 477A - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	17
Modelo 477B - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 4	15
Modelo 477C - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	28
Modelo 477D - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	20
Modelo 477E - Alvará (Mecânica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	1
Modelo 478A - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	57
Modelo 478B - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	62
Modelo 478C - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 8	119
Modelo 478D - Alvará (Energia e Sistemas de Potência) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 9	18
Modelo 479A - Alvará (Eletrónica e Telecomunicações) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 3	22
Modelo 479B - Alvará (Eletrónica e Telecomunicações) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	21
Modelo 480A - Alvará (Engenharia da Segurança) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	3
Modelo 481A - Alvará (Engenharia da Proteção Civil) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 482A - Alvará (Engenharia Química e Biológica) - Obras de 4.ª Categoria até Classe 6	1
Modelo 483A - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	240
Modelo 483B - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	142
Modelo 483C - Alvará (Engenharia Civil) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 9	62
Modelo 484A - Alvará (Engenharia Mecânica) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	21
Modelo 485B - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 485C - Alvará (Engenharia Agrária) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	3
Modelo 486A - Alvará (Engenharia Geotécnica e de Minas) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 6	2
Modelo 486B - Alvará (Engenharia Geotécnica e de Minas) - Obras de 5.ª Categoria até Classe 8	8
Modelo 487A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II	11374
Modelo 487B - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III	3758
Modelo 489 - Alterações a projetos de arquitetura	574
Modelo 490A - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria I e II (inclui Gás)	21351
Modelo 490B - Licenciamento Municipal - Elaboração de projetos de engenharia - obras da categoria III (Inclui gás)	10738
Modelo 491A - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria I e II	95
Modelo 491B - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria III	96
Modelo 492A - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria I e II	247
Modelo 492B - Elaboração de projetos de engenharia - Licenciamento Municipal - obras da categoria III	171
Modelo 493B - Elaboração de projetos específicos de engenharia da categoria II - ITUR	3
Modelo 493C - Elaboração de projetos específicos de engenharia da categoria III - ITUR	20
Modelo 493D - Elaboração de projetos específicos de engenharia da categoria IV - ITUR	1
Modelo 494 - Elaboração de Peças escritas e desenhadas respeitantes a obras de conservação ou de alteração no interior de edifícios sujeitos a um regime de isenção de procedimento de controlo prévio	83
Modelo 495 - Escolas de Condução - Elaboração de Peças escritas e desenhadas respeitantes a obras de conservação ou de alteração no interior de edifícios sujeitos a um regime de isenção de procedimento de controlo prévio	6
Modelo 496A - Perito avaliador (Prop.Urbana - Artº 63º DL287/2003)	49
Modelo 496B - Perito avaliador (Prop.Urbana - Artº 63º DL287/2003) Outras especialidades	1
Modelo 497A - Perito avaliador (Prop.Rústica - Artº 56º DL287/2003)	4
Modelo 498 - Perito e árbitro no âmbito dos procedimentos anteriores à declaração de utilidade pública e no âmbito do processo de expropriação	8
Modelo 499 - Acesso e exercício de atividade de Perito Avaliador de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional (CMVM)	99
Modelo 500 - Perito avaliador de imóveis - Serviço particular	164
Modelo 501 - Destaque de parcela de terreno	216
Modelo 502-Projetista e instalador de infraestruturas de telecomunicações em edifícios-ITED	21486
Modelo 503-Projetista e instalador de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações e conjunto de edifícios-ITUR	1454
Modelo 504 - Alvará-Infraestruturas de telecomunicações	56
Modelo 505 - Bolsa de Peritos - Inspeções e peritagens de imóveis	32
Modelo 507 - Técnico de Cadastro Predial	1
Modelo 508 - Declaração global	2196
Modelo 509A - PQ - I Perito qualificado para a certificação energética, para atuação em edifícios de habitação, no âmbito do REH e em pequenos edifícios de serviços dotados de sistemas de climatização com potência nominal igual ou inferior a 25 kW, no âmbito do RECS.	82
Modelo 509B - PQ - II Perito qualificado para a certificação energética, para atuação em edifícios de serviços no âmbito do RECS,	27
Modelo 510 - Peritagens Técnicas (seguradoras)	77
Modelo 511 - Elaboração de cálculo de estrutura de andaimes com altura superior a 25m	18
Modelo 512A - Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 6)	343
Modelo 512B - Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 8)	90
Modelo 512C - Técnico Responsável pela montagem, desmontagem ou modificação de andaimes (em obras até à classe 9)	7
Modelo 513 - Estudos de tráfego	2

Modelo de Declaração	Nº Declarações emitidas
Modelo 514 - Projeto de Ocupação da Via Pública	1104
Modelo 515 - Alterações a Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e de Projectos de Operações de Loteamento	139
Modelo 516A - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria I - ITED	487
Modelo 516B - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria II - ITED	438
Modelo 516C - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria III - ITED	65
Modelo 516D - Elaboração de projetos específicos de obras de engenharia da categoria IV - ITED	4
Modelo 517 - Representação gráfica georreferenciada	745
Modelo 518 - Configuração Geométrica (retificação de área, com base em representação topográfica-cadastral) para Conservatórias do Registo Predial e Repartições de Finanças	4545
Modelo 519 - Pessoa competente - equipamentos de elevação de cargas	2
Modelo 520 - Representação gráfica georreferenciada e apresentação no Balcão Único do Prédio (BUPi)	381
Modelo 522 - Técnico de cadastro predial (Lei n.º 3/2015)	1
Modelo 523 - Projeto de transformação especial de viaturas de RSU (com e sem grua)	33
Modelo 524 - Planos de Acessibilidades	922
Modelo 525 - Relatório técnico credenciado (demolições)	2
Modelo 526 - Formação na sua especialidade	302
Modelo 527 - Projetos Engenharia - Licenciamento Municipal (ESP)	816
Modelo 528 - Projetos Engenharia - Licenciamento Municipal + Gás (ESP)	6
Modelo 530 - Relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica	35
Modelo 532 - Projeto de instalação de Equipamentos Sob Pressão e Projeto de reparações e alterações aos Recipientes ou Equipamentos	95
Modelo 533 - Peças Desenhadas	109
Modelo 534 - Levantamentos Topográficos	89
Modelo 535 - Obras de alteração no interior de edifícios ou suas frações que não impliquem modificações na estrutura, cérceas, forma das fachadas e telhados ou coberturas, obras de conservação e obras de escassa relevância urbanística	80
Modelo 537 - Elaboração de projetos de SCIE e medidas de autoproteção, referentes a edifícios e recintos classificados na 1.º categoria de risco	1956
Modelo 538 - Elaboração de projetos de SCIE e medidas de autoproteção, referentes a edifícios e recintos classificados nas 2.ª, 3ª ou 4ª categorias de risco	1621
Modelo 539A - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. I)	2196
Modelo 539B - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. II)	1389
Modelo 539C - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. III)	428
Modelo 539D - Elaboração de projetos de AVAC (Cat. IV)	14
Modelo 540A - Técnico autor do projeto de conforto térmico - obras da categoria I	2306
Modelo 540B - Técnico autor do projeto de conforto térmico - obras da categoria II	146
Modelo 540C - Técnico autor do projeto de conforto térmico - obras da categoria III	197
Modelo 540D - Técnico autor do projeto de conforto térmico - obras da categoria IV	6
Modelo 541 - PQ - I (Perito qualificado)	158
Modelo 542 - PQ - II (Perito qualificado)	48
Modelo 543 - TRM (Técnico responsável pela instalação e manutenção de sistemas técnicos)	5
Modelo 547 - SCIE - 2ª Categoria de Risco	214
Modelo 548A - SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	5
Modelo 548E - SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	722
Modelo 548F - SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	1232
Modelo 548N - SCIE - 2ª, 3ª e 4ª Categorias de Risco	4
Modelo 549A - Projetos de instalação de equipamentos sob pressão	5
Modelo 550 - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	2
Modelo 551 - Pessoa Competente	56
	261219

3. Contas do Conselho Diretivo Nacional

Apresentam-se algumas referências em relação à Demonstração de Resultados e Balanço do Ano de 2022.

O resultado líquido do período em 2022, foi de 197.354,21 €.

Este resultado, é bastante inferior ao do ano anterior, no entanto não deixa de continuar a ser positivo.

Devemos ter em conta a inflação média anual de 7,8% em Portugal em 2022, a mais elevada desde 1992 e mesmo assim inferior à média europeia de 8,4%, que era completamente imprevisível.

Os quadros abaixo discriminam**,** no global**,** o apuramento do Resultado do Período em função dos Rendimentos e Gastos**.**

3.1. Rendimentos

Em relação aos Rendimentos do Período, verificou-se um decréscimo de 13,7%, em comparação com o ano anterior.

O decréscimo verificado no valor das quotas tem a ver com o valor mensal das mesmas que passou de 15,90 € para 13,30 €, durante o ano de 2022 onde até foram emitidas mais 3.564 quotas.

ENTID. S/FINS LUC	DESCRIÇÃO	2021	VARIAÇÃO DE 2022/2021	2022
7211	QUOTIZAÇÕES	1.917.227,20 €	-12,46%	1.678.300,20 €
7212	JOIAS	0,00 €		0,00 €
7214/24	EMOLUMENTOS	0,00 €		0,00 €
76	REVERSÕES	0,00 €		0,00 €
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	292.478,59 €	-24,72%	220.190,94 €
79	JUROS E OUTROS REND. SIMILARES	5.350,00 €	145,58%	13.138,39 €
	TOTAL DA RECEITA	**2.215.055,79 €**	**-13,70%**	**1.911.629,53 €**

Rendimentos de 2022

3.2. Gastos

Em relação aos Gastos do Período, verificou-se um acréscimo de 14,86%, em consequência do aumento dos preços verificados por culpa da inflação já referida.

O aumento também verificado nos custos com o pessoal resulta das compensações atribuídas aos trabalhadores.

No quadro seguinte pode-se ver a comparação dos valores atrás referenciados:

GASTOS

ENTID. PUB S/FINS LUC	DESCRIÇÃO	2021	VARIAÇÃO DE 2022/2021	2022
62	FORN.SERV.EXTERNOS	559.737,44 €	13,65%	636.124,43 €
63	CUSTOS C/PESSOAL	374.728,88 €	12,62%	422.011,30 €
64	GASTOS DEPREC. E AMORTIZACOES	305.749,25 €	-9,24%	277.510,58 €
65	PERDAS POR IMPARIDADES	36.987,93 €	120,35%	81.503,87 €
66	PERDAS P/REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	458,02 €	-100,00%	0,00 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	161.160,82 €	57,56%	253.924,65 €
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	39.818,22 €	-31,56%	27.252,53 €
	TOTAL	**1.478.640,56 €**	14,86%	**1.698.327,36 €**

Gastos de 2022 e variação face a 2021

Resultado Líquido do Período antes de Impostos 220.053,89 €

3.3. Comparação com o Orçamento (CDN)

No quadro seguinte comparam-se os valores orçamentados e realizados para o ano em análise:

RENDIMENTOS	ORÇAMENTADO	REALIZADO	Variação
Quotas	**1.695.750,00 €**	**1.678.300,20 €**	-1,03%
Ética e Deontologia	**5.000,00 €**	**17.150,00 €**	243,00%
Proveitos Suplementares	**150.000,00 €**	**216.179,33 €**	44,12%
TOTAIS	**1.850.750,00 €**	**1.911.629,53 €**	**3,29%**

GASTOS	ORÇAMENTADO	REALIZADO	Variação
Despesas de Pessoal	351.750,00 €	421.177,48 €	19,74%
Custos Fixos de Instalação	90.176,50 €	97.426,02 €	8,04%
Custos Variav. de Instalação	219.000,00 €	231.803,61 €	5,85%
Actividade Associativa	25.000,00 €	26.645,56 €	6,58%
Desp.de Represent/Desloc.Estadas	50.000,00 €	53.922,28 €	7,84%
Informação e Divulgação	150.000,00 €	140.284,14 €	-6,48%
Congresso	200.000,00 €	55.622,44 €	-72,19%
Órgãos Nacionais	50.000,00 €	53.138,62 €	6,28%
Processos Judiciais	5.000,00 €	- €	-100,00%
Consultoria	45.000,00 €	33.210,00 €	-26,20%
Eleições	- €	31.308,67 €	#DIV/0!
Conselho da Profissão	40.000,00 €	19.331,38 €	-51,67%
Transição Digital	15.000,00 €	9.540,52 €	-36,40%
SsOA / CONEST / Outros	20.000,00 €	- €	-100,00%
Projectos	20.000,00 €	19.412,38 €	-2,94%
Cooperação	40.000,00 €	24.117,94 €	-39,71%
AP. Exerc./Seguro Resp. Civil Prof	80.000,00 €	71.205,96 €	-10,99%
Ética e Deontologia	3.500,00 €	7.410,00 €	111,71%
Fundo de Reserva	84.787,50 €	83.915,01 €	-1,03%
Serviços Bancários	35.000,00 €	27.223,47 €	-22,22%
Amortização Edifícios	185.000,00 €	198.327,67 €	7,20%
Beneficiação de Instalações	50.000,00 €	- €	-100,00%
Amortizações Act. Fixos Tangíveis	90.000,00 €	85.016,62 €	-5,54%
Outras despesas	1.536,00 €	1.535,87 €	-0,01%
TOTAIS	1.850.750,00 €	1.691.575,64 €	-8,60%

RESULTADO DO PERIODO ANTES DE IMPOSTOS	***220.053,89 €***

Comparação com o Orçamento (CDN)

3.4. Situação Económica e Financeira

O Conselho Directivo Nacional fechou o ano de 2022 com um valor global de Rendimentos de 1.911.629,53 €, sendo da sua actividade principal 1.678.300,20 € (cobrança de quotas) e um total de Gastos de 1.691.575,64 €.

Mesmo com todos os imprevistos ocorridos no ano em análise manteve-se um Resultado Líquido positivo e a actividade principal da OET – emissão de quotas – apenas sofreu uma quebra em valores absolutos, em consequência do benefício dados aos membros, com a redução do valor mensal das quotas.

O Resultado positivo do período é de 197.354,21 €, depois da estimativa para Impostos (22.699,68 €).

Analisando os indicadores financeiros do período de 2021/2022, através do quadro dos rácios estruturais abaixo indicados, verifica-se que os valores dos rácios financeiros continuam positivos, no entanto os rácios económicos devido à variação significativa do resultado do exercício, sofreram uma variação que não põe em causa a solidez das contas do CDN.

Tanto a Solvabilidade como a Autonomia Financeira em 2022 mantiveram-se praticamente iguais ao do ano transacto, consequência de não existir qualquer empréstimo financeiro e nem as próprias amortizações tiveram qualquer significado na solidez económica do CDN.

MAPA DE INDICADORES

RÁCIOS	FÓRMULAS	2021	2022	Variação
Rácios Financeiros				
Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigível	7,66	7,86	2,5%
Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total x 100	0,88	0,89	0,3%
Capacid de endividamento	Capitais próprios / capitais Permanentes	0,94	0,95	0,3%
Liquidez geral	Activo circulante / Débitos c/p	5,28	5,81	10,0%
Cobertura dos Investimentos	Capitais permanentes / Investimento Líquido	1,44	1,53	6,1%
Rácios económicos				
Rendibilidade activo total	(Result líquido + Enc financ) / Activo líquido x 100	7,9%	1,9%	-75.7%
Rendibil fundos próprios	Resultado líquido / Capitais Próprios x 100	9,5%	2,5%	-73,5%
Rendibilidade prest serv	Resultado líquido / Vendas x 100	37,3%	11,7%	-68,6%
Cash-flow bruto/ Vendas	(Result líquido + deprec + provis) / Prest.serv	52,39%	11,7%	-79,8%
Outros				
Autofinanciamento bruto	Resultado líquido + depreciações + imparidades	1.060.732	556.369	-47,5%
Meios libertos totais	Autofinanciamento bruto + encargos financeiros	1.068.317	556.405	-47,9%

Indicadores Económicos e Financeiros

3.4.1. Património Predial

Todas as Secções Regionais e o CDN têm as suas Sedes em Edificios próprios, não existindo qualquer divida bancária sobre os mesmos, constituem o Patrimonio Predial da OET conforme se pode verificar pelo mapa abaixo:

504923218	
Nº PRÉDIOS	13
VALOR PATRIMÓNIO	€ 3.550.100,17

Devemos referir que o 4º andar do edifício sede da OET continua a não figurar na lista de imóveis à direita uma vez que a propriedade horizontal desta fração continua pendente da autorização pela Câmara Municipal de Lisboa.

FREGUESIA	ARTIGO	PARTE	ANO INSCR MATRIZ	VALOR INICIAL	VALOR
060334 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COIMBRA (SÉ NOVA, SANTA CRUZ, ALMEDINA E SÃO BARTOLOMEU)	U-1826-	1/1	1989	10.239,67 €	600.280,30 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-LJDTA	1/1	2007	347.160,00 €	378.526,62 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-LJESQ	1/1	2007	593.580,00 €	647.211,19 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-1ºDTO	1/1	2007	251.300,00 €	274.005,49 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-1ºESQ	1/1	2007	149.670,00 €	163.192,99 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-2ºDTO	1/1	2007	239.470,00 €	261.106,61 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-2ºESQ	1/1	2007	146.190,00 €	159.398,57 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-3ºDTO	1/1	2007	275.840,00 €	300.762,72 €
110665 - SANTA MARIA MAIOR	U-1967-3ºESQ	1/1	2007	177.840,00 €	193.908,21 €
131210 - PARANHOS	U-8546-	1/1	1965	1.140,93 €	223.763,88 €
190114 - ANGRA (S. PEDRO)	U-2383-A	1/1	2014	90.150,00 €	91.953,00 €
210316 - PONTA DELGADA (S. JOSE)	U-126-	1/1	1937	721,64 €	148.060,59 €
220308 - FUNCHAL (S. PEDRO)	U-223-	1/1	1937	1.738,21 €	107.930,00 €

Património Predial

3.5. Balanço a 31/12/2022 (CDN)

Entidade: (CD_S) - OET - CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

BALANÇO Individual EM 31-12-2022

Unidade monetária: (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5.306.176,41	5.470.492,19
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis		23.416,25	-
Ativos biológicos		-	-
Outros investimentos financeiros		73.305,31	72.976,37
		5.402.897,97	**5.543.468,56**
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Estado e outros entes públicos		27.117,18	27.128,06
Outros créditos a receber		1.299.371,23	1.486.566,98
Diferimentos		92.749,80	12.091,17
Caixa e depósitos bancários		2.011.748,89	1.466.652,70
		3.430.987,10	**2.992.438,91**
Total do ativo		**8.833.885,07**	**8.535.907,47**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos Patrimoniais			
Ações (quotas) próprias		5.436.133,63	4.718.596,80
Reservas legais		1.730.451,64	1.647.082,59
Resultados transitados		567.221,81	567.221,81
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		(94.812,56)	(99.996,39)
Resultado líquido do período		197.354,21	717.536,83
Total do capital próprio		**7.836.348,73**	**7.550.441,64**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		406.793,34	418.561,78
Financiamentos obtidos		-	
Outras dívidas a pagar			
		406.793,34	**418.561,78**
Passivo corrente			
Fornecedores		42.004,85	45.717,08
Estado e outros entes públicos		46.671,62	31.975,89
Financiamentos obtidos		-	4.872,67
Fornecedores de investimento		402.649,48	402.649,48
Outras dívidas a pagar		99.417,05	81.688,93
		590.743,00	**566.904,05**
Total do passivo		**997.536,34**	**985.465,83**
Total do capital próprio e do passivo		**8.833.885,07**	**8.535.907,47**
		0,00	**0,00**

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2023-04-03 às 11:47:09

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

3.6. Demonstração de Resultados (CDN)

Entidade: - OET - CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2022 — Unidade monetária: (1)

	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados		1.684.056,10	1.921.504,30
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		42.000,00	125.616,73
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-636.124,43	-559.737,44
Gastos com o pessoal		-422.011,30	-374.728,88
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-81.503,87	-36.987,93
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			-458,02
Outros rendimentos e ganhos		179.186,76	161.298,04
Outros gastos e perdas		-253.924,65	-155.977,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**511.678,61**	**1.080.529,25**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-277.510,58	-305.749,25
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**234.168,03**	**774.780,00**
Juros e rendimentos similares obtidos		13.138,39	5.730,55
Juros e gastos similares suportados		-27.252,53	-39.818,22
Resultado antes de impostos		**220.053,89**	**740.692,33**
Imposto sobre o rendimento do período		-22.699,68	-23.155,50
Resultado líquido do período		**197.354,21**	**717.536,83**

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2023-04-03 às 11:07:26

Demonstração de Resultados CDN - 2021

4. Contas Consolidadas

4.1. Introdução

O exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi caracterizado pela continuação do esforço desenvolvido de forma a manter a qualidade da atividade da Ordem, mantendo os resultados positivos. De igual modo, foram realizadas todas as ações a que nos propusemos, conforme descrito anteriormente.

Assim, as contas apresentadas refletem a operação da Ordem dos Engenheiros Técnicos, que é resultado da adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e o alargamento do controlo interno apropriado.

4.2. Resultados Nacionais consolidados

Em termos nacionais consolidados, agregando informação de todos os relatórios e contas das Secções Regionais e do Conselho Diretivo Nacional (CDN), chegamos aos seguintes números:

OET - ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

CONTAS CONSOLIDADAS DA OET - 2022

	AÇORES	CENTRO	MADEIRA	NORTE	SUL	CDN	OET
RENDIMENTOS							
QUOTAS	107.730,00 €	215.460,00 €	107.730,00 €	215.460,00 €	215.460,00 €	1.678.300,20 €	2.540.140,20 €
JOIAS	1.600,00 €	21.550,00 €		31.475,00 €	41.650,00 €		96.275,00 €
ETICA E DEONTOLOGIA						17.150,00 €	17.150,00 €
PROVEITOS SUPLEMENTARES	13.441,33 €	13.703,36 €	14.544,68 €	15.615,69 €	37.897,60 €	216.179,33 €	311.381,99 €
EMOLUMENTOS	35,00 €	645,50 €		2.253,00 €	1.035,00 €		3.968,50 €
TOTAL	**122.806,33 €**	**251.358,86 €**	**122.274,68 €**	**264.803,69 €**	**296.042,60 €**	**1.911.629,53 €**	**2.968.915,69 €**
GASTOS							
PESSOAL	56.114,22 €	111.566,26 €	36.069,03 €	115.408,27 €	120.780,42 €	421.177,48 €	861.115,68 €
CUSTOS FIXOS INSTALAÇÃO	13.334,49 €	40.635,56 €	11.733,34 €	47.186,20 €	28.899,90 €	97.426,02 €	239.215,51 €
CUSTOS VARIAV. DE INSTALAÇÃO	16.623,82 €	44.636,51 €	18.341,12 €	31.489,21 €	32.634,48 €	231.803,61 €	375.528,75 €
ACTIVIDADE ASSOCIATIVA						26.645,56 €	26.645,56 €
DESPESAS REPRESENTAÇÃO	31.892,81 €	49.287,81 €	44.743,86 €	64.777,07 €	126.462,07 €	53.922,28 €	371.085,90 €
INFORMAÇÃO DIVULGAÇÃO	1.836,25 €	2.250,65 €	32.220,40 €	7.482,90 €	6.734,25 €	140.284,14 €	190.808,59 €
CONGRESSO						55.622,44 €	55.622,44 €
ORGAOS REGIONAIS	10.920,00 €	5.052,60 €	14.496,14 €		13.521,72 €		43.990,46 €
ORGAOS NACIONAIS						53.138,62 €	53.138,62 €
PROCESSOS JUDICIAIS							- €
CONSULTORIA						33.210,00 €	33.210,00 €
ELEIÇÕES						31.308,67 €	31.308,67 €
CONSELHO DA PROFISSÃO						19.331,38 €	19.331,38 €
TRANSIÇÃO DIGITAL						9.540,52 €	9.540,52 €
ALENGSST/SsOA /CONEST / OUTROS							- €
PROJECTOS						19.412,38 €	19.412,38 €
COOPERAÇÃO						24.117,94 €	24.117,94 €
SEGURO RESP.CIVIL PROFISSIONAL						71.205,96 €	71.205,96 €
ETICA E DEONTOLOGIA						7.410,00 €	7.410,00 €
FUNDO RESERVA						83.915,01 €	83.915,01 €
SERVIÇOS BANCARIOS	206,67 €	258,53 €	158,05 €	211,29 €	1.439,96 €	27.223,47 €	29.497,97 €
OUTRAS DESPESAS	101,26 €	757,82 €	965,91 €	587,80 €	1.260,20 €	1.535,87 €	5.208,86 €
AMORTIZAÇÕES EDIFICIOS						198.327,67 €	198.327,67 €
BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES							- €
IMOBILIZADO							- €
AMORTIZAÇÕES ATIVOS F TANGIVEIS	10.862,77 €	17.729,64 €	2.570,09 €	5.420,75 €	4.495,25 €	85.016,62 €	126.095,12 €
							- €
	141.892,29 €	**272.175,38 €**	**161.297,94 €**	**272.563,49 €**	**336.228,25 €**	**1.691.575,64 €**	**2.875.732,99 €**
RES. LIQUID ANTES IMPOSTOS	**- 19.085,96 €**	**- 20.816,52 €**	**- 39.023,26 €**	**- 7.759,80 €**	**- 40.185,65 €**	**220.053,89 €**	**93.182,70 €**

Contas consolidadas OET - 2022

4.3. Demonstrações Financeiras

4.3.1. Balanço a 31/12/2022 (consolidado)

Entidade: (02_S) - OET - ORDEM ENGENHEIROS TECNICOS

BALANÇO Consolidado EM 31-12-2022

Unidade monetária: (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31-12-2022	DATAS 31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		5.440.539,21	5.577.321,11
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis		24.115,29	568,77
Ativos biológicos		-	-
Outros investimentos financeiros		73.305,31	72.976,37
		5.537.959,81	**5.650.866,25**
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Estado e outros entes públicos		27.185,08	27.217,82
Outros créditos a receber		1.303.044,39	1.490.325,93
Diferimentos		94.938,92	13.999,27
Caixa e depósitos bancários		2.510.497,81	2.106.993,62
		3.935.666,20	**3.638.536,64**
Total do ativo		**9.473.626,01**	**9.289.402,89**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos Patrimoniais			-
Ações (quotas) próprias		5.436.133,63	4.718.596,80
Reservas legais		1.730.451,64	1.647.082,59
Resultados transitados		1.507.299,41	1.456.528,12
Resultado líquido do período		70.483,02	768.308,12
Total do capital próprio		**8.744.367,70**	**8.590.515,63**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		406.793,34	418.561,78
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar			
		406.793,34	**418.561,78**
Passivo corrente			
Fornecedores		51.827,85	54.068,98
Estado e outros entes públicos		74.146,06	51.084,17
Financiamentos obtidos		2.050,00	8.821,19
Fornecedores de investimento		-	7.124,43
Outras dívidas a pagar		194.441,06	159.226,71
		322.464,97	**280.325,48**
Total do passivo		**729.258,31**	**698.887,26**
Total do capital próprio e do passivo		**9.473.626,01**	**9.289.402,89**
		0,00	**0,00**

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2023-04-03 às 11:59:47

4.3.2. Demonstração de Resultados a 31/12/2022 (consolidado)

Entidade: (02_S) - OET - ORDEM ENGENHEIROS TECNICOS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2022 — Unidade monetária: (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados		2.646.139,60	3.004.871,90
Subsídios à exploração		27.450,87	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(87.632,13)	(5.183,27)
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		(1.251.232,80)	(969.858,67)
Gastos com o pessoal		(895.019,96)	(828.133,53)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(81.503,87)	(36.987,93)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	(458,02)
Outros rendimentos		246.650,70	170.376,84
Outros gastos		(179.241,96)	(166.675,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**425.610,45**	**1.167.951,36**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(318.589,08)	(342.390,17)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**107.021,37**	**825.561,19**
Juros e rendimentos similares obtidos		13.426,24	5.948,24
Juros e gastos similares suportados		(27.264,91)	(40.045,81)
Resultado antes de impostos		**93.182,70**	**791.463,62**
Imposto sobre o rendimento do período		(22.699,68)	(23.155,50)
Resultado líquido do período		**70.483,02**	**768.308,12**

Assinado por: Silvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2023-04-03 às 11:09:20

Demonstração de Resultados OET - 2022

4.4. Comparação com o Orçamentado (consolidado)

Se analisarmos o quadro seguinte verificamos em 2022 uma execução acima do orçamentado nos rendimentos de (6,48 %) e nos gastos de (3,14%). O aumento verificado nos gastos teve como consequência a inflação verificada durante o ano de 7,8%, que foi mesma a mais elevada desde 1992, não prevista quando da elaboração do orçamento no último trimestre de 2021

CONTAS CONSOLIDADAS DA OET - 2022

	ORÇAMENTADO	REALIZADO
RENDIMENTOS		
QUOTAS	2.557.590,00 €	2.540.140,20 €
JOIAS	64.250,00 €	96.275,00 €
ETICA E DEONTOLOGIA	5.000,00 €	17.150,00 €
PROVEITOS SUPLEMENTARES	157.163,00 €	311.381,99 €
EMOLUMENTOS	4.205,00 €	3.968,50 €
TOTAL	**2.788.208,00 €**	**2.968.915,69 €**
GASTOS		
PESSOAL	796.065,39 €	861.115,68 €
IMOBILIZADO	5.000,00 €	- €
CUSTOS FIXOS INSTALAÇÃO	168.598,26 €	239.215,51 €
CUSTOS VARIAV. DE INSTALAÇÃO	364.374,99 €	375.528,75 €
ACTIVIDADE ASSOCIATIVA	28.962,91 €	26.645,56 €
DESPESAS REPRESENTAÇÃO	155.710,00 €	371.085,90 €
INFORMAÇÃO DIVULGAÇÃO	182.543,49 €	190.808,59 €
ELEIÇÕES		31.308,67 €
CONGRESSO	200.000,00 €	55.622,44 €
ORGAOS REGIONAIS	64.327,12 €	43.990,46 €
ORGÃOS NACIONAIS	50.000,00 €	53.138,62 €
PROCESSOS JUDICIAIS	5.000,00 €	- €
CONSULTORIA	45.000,00 €	33.210,00 €
CONSELHO DA PROFISSÃO	40.000,00 €	19.331,38 €
TRANSIÇÃO DIGITAL	37.229,54 €	9.540,52 €
ALENGSST/SsOA / CONEST / OUTROS	20.000,00 €	- €
PROJECTOS	20.000,00 €	19.412,38 €
COOPERAÇÃO	40.000,00 €	24.117,94 €
SEGURO RESP.CIVIL PROFISSIONAL	80.000,00 €	71.205,96 €
ETICA E DEONTOLOGIA	3.500,00 €	7.410,00 €
FUNDO RESERVA	84.787,50 €	83.915,01 €
SERVIÇOS BANCÁRIOS	36.470,80 €	29.497,97 €
OUTRAS DESPESAS	4.701,80 €	5.208,86 €
AMORTIZ. INSTALAÇÕES	185.000,00 €	198.327,67 €
BENEFICIAÇÃO INSTALAÇÕES	50.000,00 €	- €
AMORTIZ. AT.FIXOS TANGIVEIS	120.936,20 €	126.095,12 €
	2.788.208,00 €	**2.875.732,99 €**

RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS ***93.182,70 €***

Comparação dos resultados com o orçamento (Consolidadas)– Exercício de 2022

4.5. Análise dos Resultados

Na linha de gestão dos anos anteriores, e com o imprevisto da inflação ocorrido no corrente ano, continuou-se o critério da contenção de custos, através de uma gestão sóbria e cuidada.

Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 verificam-se as seguintes situações (elementos provenientes da Demonstração de Resultados:

a) Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) são positivos em 425.610,45 €

b) O resultado operacional antes de financiamento e impostos é positivo em cerca de 107.021,37 €.

c) O resultado antes de impostos é positivo em 93.182,70 €.

d) O resultado líquido do exercício é positivo no montante de 70.483,02 €.

Analisando os indicadores financeiros do período de 2021/2022, através do quadro dos rácios estruturais abaixo indicados, verifica-se a continuidade de uma solidez nas contas da OET, que reflectem a consolidação dos resultados em função da sua actividade principal, conforme se comprova pelos rácios financeiros que não apresentam uma variação significativa, independentemente no resultado do exercício.

MAPA DE INDICADORES

RÁCIOS	FÓRMULAS	2021	2022	Variação
Rácios Financeiros				
Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigivel	12,29	11,99	-2,4%
Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total x 100	0,92	0,92	-0,2%
Capac de endividam	Capitais próprios / capitais Permanentes	0,95	0,96	0,2%
Liquidez geral	Activo circulante / Débitos c/p	12,98	12,20	-6,0%
Cobertura dos Invest	Capitais permanentes / Investim Líquido	1,59	1,65	3,6%
Rácios económicos				
Rendib activo total	(Result líquido + Encs financ) / Activo líquido	7,8%	0,5%	-94,2%
Rendib fundos próprios	Resultado líquido / Capitais Próprios	8,9%	0,8%	-91,0%
Rendib prest serv	Resultado líquido / Prest serviços x 100	25,6%	2,7%	-89,6%
Cash-flow / Vendas	(Result líquido+deprec+provisões) / Prest.serv	38,2%	17,8%	-53,5%
Outros				
Autofinanc bruto	Result líq+deprec+impar+red justo valor+prov	1.148.144	470.576	-59,0%
Meios libertos totais	Autofinanc bruto + encargos financeiros	1.155.957	470.624	-59,3%

Rácios financeiros e económicos

Nestes termos, propõe-se à Assembleia Representativa Nacional a aprovação das Contas Consolidadas referente ao exercício de 2022 e a transferência do resultado líquido de 70.483,02 € para a conta de Resultados Transitados.

Anexo 1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

Demonstrações Financeiras Consolidadas

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.2022	31.Dez.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixos tangíveis	4	5 440 539	5 577 321
Ativo intangíveis	5	24 115	569
Investimentos financeiros	6	73 306	72 976
Total dos Ativos Não Correntes		5 537 960	5 650 866
Activo corrente			
Créditos a receber	7	1 303 044	1 490 325
Estado e outros entes públicos	8	27 185	27 218
Diferimentos	9	94 939	13 999
Outros Ativos correntes	10		0
Caixa e depósitos bancários	11	2 510 498	2 106 994
Total dos Ativos Correntes		3 935 666	3 638 536
		9 473 626	9 289 402
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	5 436 134	4 718 597
Reservas	13	1 730 452	1 647 082
Resultados transitados	14	1 507 299	1 456 528
Resultado líquido do período		70 483	766 308
Total dos fundos patrimoniais		8 744 367	8 588 515
Passivo não corrente			
Provisões	15	406 793	418 562
Financiamentos obtidos	16		
Total dos Passivos Não Correntes		406 793	418 562
Passivo corrente			
Fornecedores	18	51 828	54 069
Estado e outros entes públicos	8	74 146	51 084
Financiamentos obtidos	16	2 050	8 821
Fornecedores de investimento		0	7 124
Outras dívidas a pagar	17	194 441	159 227
Total dos Passivos Correntes		322 466	280 325
Total do Passivo		729 259	698 887
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		9 473 626	9 287 402

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

Demonstração dos Resultados Consolidados
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31DEZ2022	31DEZ2021
Vendas e serviços prestados	19	2 646 140	3 004 872
Subsídios, doações e legados à exploração	20	27 451	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntoa		- 87 632	- 5 183
Fornecimentos e serviços externos	21	- 1 251 233	- 969 859
Gastos com o pessoal	22	- 895 020	- 828 133
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	- 81 504	- 36 988
Provisões (aumentos/reduções)	15		
Aumentos/reduções de justo valor		-	- 458
Outros rendimentos	24	246 651	170 377
Outros gastos	25	- 179 242	- 166 676
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		425 610	1 167 952
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	- 318 589	- 342 390
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		107 021	825 561
Juros e rendimentos similares obtidos	27	13 426	5 948
Juros e gastos similares suportados	27	- 27 265	- 40 046
Resultado antes de impostos		93 183	791 463
Imposto sobre o rendimento do período	8	- 22 700	- 23 155
Resultado líquido do período		70 483	768 308

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
Exercicio findo a 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de membros		2.646.140	3.004.872
Pagamentos a fornecedores		(1.215.586)	(972.624)
Pagamentos ao pessoal		(895.020)	(828.134)
Caixa gerada pelas operações		535.533	1.204.115
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(23.123)	(23.205)
Outros recebimentos/pagamentos		157.573	229.193
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		669.984	1.410.103
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(155.636)	(84.041)
Ativos intangiveis		(24.973)	(853)
Propriedades de investimento		(87.961)	(5.478)
Outros Ativos		-	(458)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		13.426	5.948
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(255.143)	(84.881)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(7.595)	(1.044.249)
Juros e gastos similares		(27.265)	(40.046)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(34.860)	(1.084.295)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		379.980	240.926
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.105.767	1.864.841
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.508.448	2.105.767

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais Consolidados findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

		Notas	Reconciliação dos fundos patrimoniais					
			Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do período	Total dos fundos próprios
Posição no Início do Período 2022	1		4.718.597	1.647.082	1.456.528	-	768.308	8.590.516
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			717.537	83.369	50.771	-	(697.825)	153.852
	2		717.537	83.369	50.771	-	(697.825)	153.852
Resultado Líquido do Período	***3***						70.483	-
Resultado Integral	***4 = 2 + 3***						(627.342)	153.852
Operações com detentores dos fundos próprios								
Realizações de fundos			-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2022	***6 = 1 + 2 + 3 + 5***		5.436.134	1.730.451	1.507.299	-	70.483	8.744.367

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET - Ordem dos Engenheiros Tecnicos

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais Consolidados findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

			Reconciliação dos fundos patrimoniais					
			Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos próprios	Resultado líquido do período	Total dos fundos próprios
Posição no Início do Período 2021	1	**Notas**	4 086 980	1 551 661	1 308 317	-	785 329	7 732 287
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-
financeiras			-	-	-	-	-	-
Realização do excendente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos			-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			631 617	95 421	148 211	-	(785 329)	89 921
	2		631 617	95 421	148 211	-	(785 329)	89 921
Resultado Líquido do Período	***3***						768 308	-
Resultado Integral	***4 = 2 + 3***						(17 021)	89 921
Operações com detentores dos fundos próprios								
Realizações de fundos			-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-
	5		-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2021	***6 = 1 + 2 + 3 + 5***		4 718 597	1 647 082	1 456 528	-	768 308	8 590 516

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555

CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A entidade OET é uma Associação de direito público, com estatuto publicado na Lei 157/2015, de 17 de setembro, foi criada pela Lei 47/2011, de 27 de Junho, que redenomina a ANET e produz a primeira alteração ao seu estatuto, anteriormente publicado através do Decreto-Lei n.º 349/99 de 2 de Setembro, no uso da autorização legislativa concedida pelo Artigo 1º da Lei nº. 38/99, de 26 de Maio, e nos termos da alínea b) no nº 1 do Artigo 198º da Constituição da República Portuguesa, é a associação pública de natureza profissional que atribui o título e regula o exercício da profissão de engenheiro técnico.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2022, as demonstrações financeiras consolidadas da ***OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos*** foram preparadas com pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, e que foram objeto de alterações substanciais na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no que diz respeito aos modelos de demonstrações financeiras neles previstos, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

c) Regime do acréscimo

A Ordem regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista para as ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da OET são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição (o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na condição e localização necessárias para operarem da forma pretendida), deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes/linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos, a saber:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3 - 6

3.4. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros são registados na demonstração de resultados do período em que é decidida a sua distribuição.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo com maturidades até três meses, imediatamente mobilizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.6. Fundos Patrimoniais e Passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

3.7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Ordem analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Ordem reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.8. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os custos com empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados no ativo.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal pelo método do custo, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Ordem.

A Ordem reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Ordem baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Ordem cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.12. Imposto sobre o Rendimento

A OET é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de IRC de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Ordem dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.13. Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Ativos Fixos Tangiveis:						
Terrenos e recursos naturais	1.373.910	-	-	-	-	1.373.910
Edifícios e outras construções	5.412.448		-	-	-	5.412.448
Equipamento básico	546.161	76.440	(7.969)	-	-	614.632
Equipamento de transporte	134.922	-	-	-	-	134.922
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	356.475	3.226	-	-	-	359.701
Outros activos fixos tangíveis	1.089.355		(1.732)	-	-	1.087.623
Investimentos em curso		101.927	-	-	-	101.927
	8.913.271	181.593	(9.701)	-	-	9.085.163
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.494.117	214.250	-	-	-	1.708.367
Equipamento básico	444.805	23.738		-	-	468.543
Equipamento de transporte	82.765	55.712	(41.254)	-	-	97.223
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	302.264	13.975	-	-	-	316.239
Outros activos fixos tangíveis	711.966	33.611	-	-	-	745.577
	3.035.917	341.287	(41.254)	-	-	3.335.950

	31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Ativos Fixos Tangiveis:						
Terrenos e recursos naturais	1.373.910	-	-	-	-	1.373.910
Edifícios e outras construções	5.326.102	-	-	86.346	-	5.412.448
Equipamento básico	502.262	43.899	-	-	-	546.161
Equipamento de transporte	145.691	30.485	(41.254)	-	-	134.922
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	304.133	52.342	-	-	-	356.475
Outros activos fixos tangíveis	1.130.341	-	(40.986)	-	-	1.089.355
Investimentos em curso	45.629	-	-	(45.629)	-	-
	8.828.068	126.726	(82.240)	40.717	-	8.913.271
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.494.117	214.250	-	-	-	1.708.367
Equipamento básico	444.805	23.738	-	-	-	468.543
Equipamento de transporte	82.765	55.712	(41.254)	-	-	97.223
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	302.264	13.975	-	-	-	316.239
Outros activos fixos tangíveis	711.966	33.611	-	-	-	745.577
	3.035.917	341.286	(41.254)	-	-	3.335.949

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-22
Ativos Intangíveis						
Projectos de desenvolvimento (ii)	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	30.159	24.972	-	-	-	55.131
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	30.159	**24.972**	**-**	**-**	**-**	**55.131**
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	29.590	1.426	-	-	-	31.016
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	29.590	**1.426**	**-**	**-**	**-**	**31.016**

	31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-21
Ativos Intangíveis						
Projectos de desenvolvimento (ii)	-	-	-	-	-	-
Software	29.305	853	-	-	-	30.158
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	29.305	**853**	**-**	**-**	**-**	**30.158**
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	28.486	1.104	-	-	-	29.590
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	28.486	**1.104**	**-**	**-**	**-**	**29.590**

6. Investimentos financeiros

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido no valor em Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

A ordem detém uma participação na empresa SPESI sedeada no estrangeiro, que foi incorporada na instituição por via da liquidação da Academia. Refira-se que, no último exercício, a Ordem não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

Esta rubrica inclui, também os investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-22			31-dez-21		
	Participações Capital		Empréstimos	Participações Capital		Empréstimos
	MEP	Outro Método		MEP	Outro Método	
Investimentos Noutras Entidades						
Academia dos Engenheiros Técnicos	-	-	-	-		-
	-		-	-		-
SPESI	-	72.000	-	-	72.000	-
	-	72.000	-	-	72.000	-
Outros Investimentos Financeiros						
FCT	-	1.305	-	-	976	-
	-	1.305	-	-	976	-
Perdas por imparidade	-		-	-		-
Investimentos em Curso	-		-	-		-
	-	**73.305**	-	-	**72.976**	-

7. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 as rubricas apresentavam os seguintes saldos:

	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes/Utentes/Membros				
Clientes/Utentes/Membros conta corrente	-	-	-	-
Clientes/Utentes/Membros conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes/Utentes/Membros de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Adiantamento Fornecedores				
Outras contas a receber				
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores		-		37.888,00
Fornecedores de Investimento		68.850,00		99.400,00
Outros	-	1.234.194	-	1.353.037
	-	**1.303.044**	-	**1.490.325**
Total Créditos a Receber	-	**1.303.044**	-	**1.490.325**

O saldo evidenciado em Outros devedores refere-se sobretudo a quotas por cobrar e a devedores diversos.

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	27.185	27.218
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	27.185	**27.218**
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	22.700	23.155
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	24.398	11.393
Segurança Social	27.048	16.535
Outros impostos e taxas	-	-
	74.146	**51.083**

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	94.939	13.999
	94.939	**13.999**
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	
	-	-

10. Outros ativos correntes

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esta rubrica evidenciava os seguintes saldos:

	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Depósitos a prazo	-		-	
Instrumentos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	-	-
(…)	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-
	-	-	-	-

11. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Caixa	5.367	6.477
Depósitos à ordem	2.009.715	2.100.517
(…)	0	0
Outras	0	0
	2.015.081	**2.106.994**

12. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, não existem fundos patrimoniais..

	31-Dez-22	31-Dez-21
Saldo inicial	4.718.597	4.086.980
Aumentos	-4.718.597	631.617
Diminuições	-	-
Saldo final	**0**	**4.718.597**

13. Reservas

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 evidenciava o saldo de 1 730 451 € resultante da aplicação de 5% das quotas emitidas pelo CDN no ano, de acordo com os estatutos.

	31-Dez-22	31-Dez-21
Saldo inicial	1.647.082	1.551.661
Aumentos	83.369	95.421
Diminuições	-	-
Saldo final	**1.730.451**	**1.647.082**

14. Resultados transitados

A 31 de dezembro de 2022 o saldo desta rubrica apresentava um valor de 1 507 299 €. As variações ocorridas devem-se aos resultados líquidos de 2021 das secções, o restante decorre da aplicação consolidada dos resultados líquidos das restantes secções.

	31-Dez-22	31-dez-21
Saldo inicial	1.456.528	1.308.317
Aumentos	50.771	148.211
Diminuições	0	-
Saldo final	**1.507.299**	**1.456.528**

15. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi o seguinte:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Saldo a 1 de Janeiro	418.562	426.464
Reforço no período (i)	81.504	36.988
Reduções no período (ii)	-12.763	-5.325
Redução do periodo (iii)	-80.509	-39.565
Utilizações (iv)	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	**406.793**	**418.562**

(a) Comentário sobre os reforços
(b) Comentário sobre as reduções

(i) Estes aumentos devem-se sobretudo ao reforço de imparidades de quotas;

(ii) A redução diz respeito ao pagamento das rendas da Superopticas Osuya em 2022 cumprindo assim com o acordo assinado a 23 de dezembro de 2020 o que ocasionou este acerto na redução da provisão;

(iii) A redução diz respeito pela anulação das quotas de 2016 de acordo com a Deliberação nr 517/2021 de 19 maio 2021 publicada em D.R.;

(iv) Nada a referir.

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	0	0	0	0
Contas caucionadas (ii)	-		-	
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	-	-	-
Locações financeiras (vi)	0	0	0	8.821
Outros empréstimos (vi)	-	-	-	-
	0	**0**	**0**	**8.821**

Em 31 de dezembro de 2022, os planos de reembolso da dívida da Ordem, referente a empréstimos bancários, detalham-se como segue:

Locações	31 de Dezembro de 2022		
	Custo Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor liquido contabilistico
Edificios e outras construções			-
Equipamento básico			-
Equipamento de transporte	0	0	-
Equipamento administrativo	0	0	-
Outros ativos fixos tangíveis			-
Propriedades de investimento			-
	0	**0**	**0**

Em 31 de Dezembro de 2022, os planos de reembolso da dívida da Ordem, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	0	-	**0**
1 a 2 anos	0	-	**0**
2 a 3 anos	-	-	-
3 a 4 anos	-	-	-
4 a 5 anos	-	-	-
Mais de 5 anos	-	-	-
	0	-	**0**

17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento	-	68.850	-	65.447
Membros/Seções	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	125.591	-	93.780
	-	**194.441**	**-**	**159.227**

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Fornecedores conta corrente	51.828	54.069
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	51.828	**54.069**

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	51.828	-	54.069	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	51.828	-	**54.069**	-

19. Vendas e serviços prestados

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2022 e de 2021 foram como segue:

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	3.004.872	-	3.004.872	2.980.556	-	2.980.556
	3.004.872	**-**	**3.004.872**	**2.980.556**	**-**	**2.980.556**

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Subcontratos	130.441	125.423
Serviços especializados	335.534	300.780
Materiais	27.756	26.100
Energia e fluídos	35.457	30.758
Deslocações, estadas e transportes	220.091	130.125
Serviços diversos (*)	398.187	282.667
Despesas de representação	204.350	84.689
Comunicação	106.973	113.209
Seguros	86.864	84.770
Outros	103.769	74.007
	1.251.233	**969.859**

21. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Remunerações dos orgãos sociais	136.954	75.007
Remunerações do pessoal	548.449	595.032
Beneficios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	144.069	129.355
Seguros	24.452	24.457
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	41.096	4.282
	895.020	**828.133**

O número médio de empregados da Ordem no exercício de 2022 foi igual ao de 2021, ou seja, 24.

22. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as perdas por imparidade de dividas a receber apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Em inventários	-	-	-	-	-	-
Em dividas a receber	81.504	-	81.504	36.988	-	36.988
	81.504	**-**	**81.504**	**36.988**	**-**	**36.988**

23. Outros rendimentos

Os outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Rendimentos suplementares	239.430	145.750
Descontos de pronto pagamento obtidos	1	6
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Reversões - Perdas Imparidades	-	-
Rendimentos em subsidiárias e associadas	42.000	130.800
Rendimentos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos em inv. não financeiros	-	17.888
Outros rendimentos	7.219	6.733
	288.651	**301.177**

24. Outros gastos

Os outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Impostos	24.248	29.450
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos em subsidiárias e associadas	129.632	135.983
Gastos nos restantes activos financeiros		
Gastos em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos	154.994	137.226
	308.874	**302.659**

25. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	318.589	-	318.589	342.390	-	342.390
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	318.589	**-**	**318.589**	**342.390**	**-**	**342.390**

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2022 e de 2021, tinham a seguinte composição:

Nota 49 - Resultados financeiros

	31-Dez-22	31-Dez-21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	13.426	5.948
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	13.426	**5.948**
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(48)	(7.813)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos de financiamento	(27.217)	(32.233)
	(27.265)	**(40.046)**

27. Outras informações

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo conselho diretivo, autorizadas para emissão e submetido à Assembleia Representativa no dia 15 de abril de 2023. Foi decidido que o resultado líquido de 70 483,02 € será aplicado em Resultados Transitados

28. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31/12/2022) e a data de autorização para a sua emissão (159/04/202), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

29. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho informa que a Ordem não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

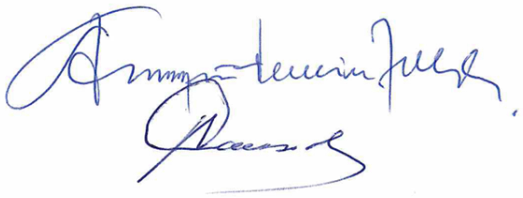
Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o conselho diretivo informa que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 15 de Abril de 2023

O Contabilista Certificado | **O Conselho Diretivo Nacional**

Assinado por: Sílvia Maria Miguel Gonçalves
Identificação: BI02323402
Data: 2022-04-01 às 14:39:27

NIF: 128 390 247
Contabilista Certificado n.º 6555



Anexo 2. Certificação Legal de Contas

Anexo 3. Parecer do Conselho Fiscal Nacional

Relatórios e Contas das Secções Regionais